

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

ALESSANDRA ALVES PELEGRINI

**A elaboração do conceito de arquétipo na obra de C.G. Jung e as
contribuições de pós-junguianos**

São Paulo

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

ALESSANDRA ALVES PELEGRINI

**A elaboração do conceito de arquétipo na obra de C.G. Jung e as
contribuições de pós-junguianos**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência
parcial para graduação no curso de Psicologia, sob a
orientação da Prof^ª Dr^ª Paula Pinheiro Varela
Guimarães.

São Paulo

2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a Maria Santíssima, pela realização desta pesquisa, cujo desenvolvimento foi fundamental para minha formação.

Agradeço à minha orientadora, professora Paula Pinheiro Varela Guimarães, por ter incentivado a investigar esse tema desafiador, fornecendo todo suporte necessário para desenvolver a pesquisa. Seu capricho, sua atenção e sua técnica foram indispensáveis nessa jornada.

Agradeço aos meus pais, Solange Alves Pelegrini e Laércio Pelegrini, por todo apoio e carinho nesses anos de formação, que começaram anos antes da graduação, como também a toda minha família - Ione Maria, Daisy, Francisco, Edson, Roseleine, Deise, Flávia, Adriano, Átila, Silvério, Sérgio, Melissa, Sophia, Breno, Klaus, Arthur - sem quem, eu nada seria.

Agradeço a Felipe Belém, Lucas Bello, Lucas Lima e Sabrina Martinez, por estarem ao meu lado nessa trajetória, proporcionando acolhimento, debates e força na elaboração do processo, bem como a todos os meus amigos que também estiveram presentes, por acreditarem em mim. Eu guardo vocês no fundo do meu coração.

Agradeço a Mario A. G. Porta, um mestre com quem tenho o prazer de trabalhar e que me inspira cotidianamente, como também a todos os professores que fizeram parte da minha formação.

“Ama e faz o que quiseres. Se calares, calarás com amor; se gritares, gritarás com amor; se corrigires, corrigirás com amor; se perdoares, perdoarás com amor. Se tiveres o amor enraizado em ti, nenhuma coisa senão o amor serão os teus frutos.”

Santo Agostinho

ALESSANDRA ALVES PELEGRINI. **A elaboração do conceito de arquétipo na obra de C.G. Jung e as contribuições de pós-junguianos.** São Paulo, 2023. Orientadora: Profa Dra Paula Pinheiro Varela Guimarães.

RESUMO

A presente pesquisa investigou a elaboração do conceito de arquétipo na obra de C. G. Jung e as diferentes interpretações e atualizações realizadas por pós-junguianos de diferentes escolas da Psicologia Analítica: Clássica, Desenvolvimentista e Arquetípica. A formulação de Jung a respeito do conceito de arquétipo partiu de pressupostos filosóficos e biológicos explorados neste trabalho e resultou na conceituação de uma potencialidade psicoide coletiva, que veio a ser amplamente discutida posteriormente. Cada escola de Psicologia Analítica também partiu de seus pressupostos teóricos para interpretar e reformular a teoria dos arquétipos, a saber, a Escola Desenvolvimentista baseou-se em teorias biológicas e a Escola Arquetípica, em teorias filosóficas, ao passo que a Escola Clássica prosseguiu alinhada às elaborações de C. G. Jung. As contribuições atuais da neurociência incluíram reflexões sobre as considerações da Escola Desenvolvimentista, mas mediante a compreensão teórica dos arquétipos como fenômenos emergentes. Consideram-se esses resultados como a primeira estrada de uma longa jornada a ser aprofundada, a fim de compreender o impacto dos arquétipos não somente para a Psicologia Analítica, mas também, para ramos de estudo como Filosofia, Biologia, Neurociência, Mitologia etc., fornecendo contribuições importantes e complementares.

PALAVRAS-CHAVE: Arquétipos; Inconsciente Coletivo; Psicologia Analítica; Escola Clássica; Escola Desenvolvimentista; Escola Arquetípica; Emergência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
3 MÉTODO.....	11
3.1 PROCEDIMENTOS	12
3.2 ANÁLISE DOS MATERIAIS	13
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1 Uma breve contextualização epistemológica do pensamento de C. G. Jung.....	14
4.2 As escolas de Psicologia Analítica e os arquétipos.....	17
4.3 O conceito de arquétipo para a Escola Clássica	18
4.3.1 O inconsciente coletivo e as profundezas da psique	18
4.3.2 A relação entre a Filosofia e a Psicologia na teoria dos arquétipos de C. G. Jung.....	19
4.3.2.1 Schelling, Carus e Von Hartmann: estudos vinculados ao inconsciente	20
4.3.2.2 Platão e Kant: precursores da ideia de arquétipo	23
4.3.3 A elaboração do conceito de arquétipo por C. G. Jung	27
4.3.3.1 As origens da teoria dos arquétipos de C. G. Jung.....	27
4.3.3.2 Segunda formulação: primeira aparição do termo “arquétipo”	32
4.3.3.3 1946 a 1959 - Amadurecimento da teoria: os arquétipos.....	34
4.4 O conceito de arquétipo para a Escola Desenvolvimentista	40
4.4.1 Jung e a Biologia	41
4.4.2 Erich Neumann e sua participação no debate	44
4.4.3 As contribuições de Michael Fordham	47
4.5 Uma outra compreensão do conceito de arquétipo, segundo a Escola Arquetípica.....	52
4.6 O conceito de arquétipo nas teorias dos modelos emergentes.....	55
5 CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1 INTRODUÇÃO

Mediante a construção teórico-prática de uma vasta obra, o universo junguiano contemporâneo continua realizando debates e pesquisas acerca do pensamento de C. G. Jung, encadeados, principalmente, pelas diversas compreensões acerca de seus escritos. Carl Gustav Jung (1875 - 1961) - psiquiatra suíço - é um autor central da História da Psicologia do século XX e seus amplos estudos trataram da Psicologia em relação com diversas áreas do conhecimento como Filosofia, Religião, Psiquiatria, Antropologia, Mitologia e Biologia, motivo pelo qual envolveu-se em diálogos e relacionamentos com teóricos de outros saberes, continuamente explorados por historiadores da Psicologia. Um dos conceitos centrais da Psicologia Junguiana é o de arquétipo e, longe de haver um consenso, seu entendimento está em constante discussão e reformulação (HOGENSON, 2020).

É com naturalidade que abordamos a Psicologia como um corpo de conhecimento científico independente, todavia, nem sempre foi assim, como exemplo, até a metade do século XIX, não havia distinção entre Psicologia e Filosofia, ao contrário, a Psicologia era considerada uma disciplina “[...] plenamente ‘filosófica’” (PORTA, 2020, p. 9). Essa consideração partia de um pressuposto da filosofia kantiana, o qual nega a Psicologia como ciência natural, uma vez não ser possível a aplicação da matemática aos fenômenos internos, tampouco, a realização de experimentos, tendo em vista as dificuldades de observação e de auto-observação, passíveis de distorcerem a compreensão dos objetos observados (SHAMDASANI, 2005).

Diante dessas impossibilidades, utilizou-se a Psicologia empírica como meio de fundamentação da Filosofia, movimento conhecido por psicologismo, acerca do qual houve reações, conforme explicita Porta (2020): “A resistência dos antipsicologistas à redução da filosofia à psicologia terminará por expulsar a psicologia da filosofia, e, desse modo, será indiretamente decisiva na constituição da autonomia desta” (p. 10). Frente a esse cenário, uma longa trajetória de pesquisas despontou, buscando atender aos critérios de objetividade, a partir da matematização e observação/auto-observação dos fenômenos internos para alcançar a legitimidade da Psicologia como ciência autônoma (Ibidem).

Na Filosofia, a concepção de Kant de que a Psicologia não seria uma ciência natural foi continuamente discutida por pensadores que o sucederam, os quais, como veremos adiante, exerceram influência sobre o pensamento de Jung. Para além dos debates filosóficos, as discussões epistemológicas sobre o status científico e a validade da Psicologia também exerceram impacto na constituição da Psicologia Analítica.

Não é incomum depararmos com disciplinas acadêmicas denominadas bases epistemológicas da Psicologia ou bases filosóficas da Psicologia nas faculdades. Entende-se ser de fundamental importância o acesso às referências principais de determinada linha de pensamento antes de se avançar na compreensão de seus conceitos e concepções, dado haver o risco de entendê-los incorretamente se for desconsiderado o horizonte de influências de determinado autor ao propor sua teoria.

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa é compreender o conceito de arquétipo elaborado por C. G. Jung, expondo o percurso de suas bases filosóficas fundamentais e, ainda, as biológicas, dado que, segundo Penna (2013), ambas foram basilares na composição do conceito. Para além disso, apresentamos as reformulações realizadas pelos principais expoentes das escolas de Psicologia Analítica posteriores e o atual debate da neurociência acerca deste conceito. Para este fim, desenvolvemos a apresentação de um percurso com as bases teóricas utilizadas pelos respectivos autores. Cabe destacar que nossa pretensão não é aprofundar os fundamentos de cada escola, mas promover que o leitor, ao fim do trabalho, tenha um mapa através do qual é possível conhecer as diferentes concepções de arquétipo.

Assim, do ponto de vista acadêmico, a pesquisa pode contribuir didaticamente com a compreensão acerca do que são os arquétipos, dado que pretendemos não somente recuperar o horizonte teórico sob o qual Jung desenvolveu a ideia, mas organizar os elementos que a compuseram ao longo de sua elaboração, de forma a facilitar seu entendimento. Ademais, apresentamos as diferentes concepções de arquétipo para as escolas de Psicologia Analítica e a interlocução deste conceito com o campo da neurociência. Essa investigação pode, ainda, auxiliar um analista a situar-se teoricamente e em sua prática profissional, uma vez que as distinções concernentes à fundamentação teórica influenciarão sua formação e atuação.

Segundo Shamdasani (2005), para compreender a Psicologia Junguiana, é preciso percorrer dois caminhos: primeiro, estudar o desenvolvimento da Psicologia moderna ao longo dos séculos XIX e XX; segundo, entender qual contribuição Carl Gustav Jung pretendia realizar em meio ao cenário científico diante do qual se encontrava. Começamos abordando brevemente esses caminhos a partir do primeiro capítulo do livro *Jung e a construção da psicologia moderna: o sonho de uma ciência*, em que Shamdasani (Ibidem) apresenta o espaço da teoria junguiana no horizonte epistemológico de desenvolvimento da Psicologia como ciência.

Posteriormente, investigamos o conceito de arquétipo na obra de C. G. Jung a partir das fontes primárias, suas Obras Completas, bem como de estudos de pesquisadores e comentadores

de seus escritos, como Andrew Samuels (1989), Eloisa Penna (2013) e Sonu Shamdasani (2005).

Em sequência, a fim de compreender a revisão do conceito em estudo, buscamos as contribuições das escolas da Psicologia Analítica posteriores. Para isso, estabelecemos quais são as principais escolas e, em seguida, estudamos as diferentes definições formuladas referentes ao conceito de arquétipo. No tocante à Escola Clássica, debruçamos sobre os próprios escritos de C. G. Jung; no âmbito da Escola Desenvolvimentista, consideramos as contribuições de Fordham (1957; [1978] 1990) e Neumann ([1949] 2008; [1974] 2011); referente à da Escola Arquetípica, exploramos os escritos de James Hillman ([1982] 1991), seu expoente. Ainda, as interpretações acerca da teoria dos arquétipos instigam um estudo que também visa desenredar os avanços atuais da neurociência nas teorias dos modelos emergentes, através dos escritos de Jean Knox (2005; 2020) e George Hogenson (2020).

Seguindo o curso da pesquisa, apresentaremos os objetivos gerais e específicos que a nortearam, bem como auxiliaram na definição do método, explicitado logo após. Em virtude de se tratar de uma revisão bibliográfica, os capítulos teóricos correspondem aos de resultados e discussão, tendo em vista que a exposição da investigação teórica apresentará os dados coletados, enquanto se discutirão tais materiais. Como encerramento, a conclusão basear-se-á na análise que explorou as aproximações e distanciamentos entre as elaborações do conceito de arquétipo pelas diferentes escolas de Psicologia Analítica e sua interlocução com o campo da neurociência.

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as diferentes interpretações acerca do conceito de arquétipo, desenvolvidas pelas escolas da Psicologia Analítica: Clássica, Arquetípica e Desenvolvimentista.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as diferentes interpretações acerca do conceito de arquétipo, desenvolvidas pelas escolas da Psicologia Analítica em uma perspectiva de revisão histórica;
- Compreender a concepção de arquétipo para C. G. Jung, considerando sua teoria como referencial para a Escola Clássica;
- Examinar as bases filosóficas da elaboração do conceito de arquétipo por Jung;
- Compreender a interpretação do conceito de arquétipo para a Escola Desenvolvimentista;
- Compreender a interpretação do conceito de arquétipo para a Escola Arquetípica;
- Compreender as contribuições da teoria dos modelos emergentes acerca do conceito de arquétipo;
- Identificar as aproximações entre as interpretações mencionadas;
- Identificar as diferenças entre as interpretações mencionadas.

3 MÉTODO

A fim de pesquisar a elaboração do conceito de arquétipo para a Psicologia Analítica, foi preciso definir o caminho de estudo a ser percorrido que, conforme Penna (2013), é compreendido como a metodologia necessária para se atingir o conhecimento almejado. A base metodológica da presente pesquisa, encontra-se alinhada à da Psicologia Analítica, desenvolvida segundo o paradigma científico junguiano, cujo objetivo é, primariamente, compreender os fenômenos psicológicos do ser humano e do mundo (Ibidem) e, em nossa proposta, essa busca volta-se à teoria arquetípica.

Desde as primeiras elaborações, Jung ([1912] 2014) procurou distinguir seu método das ciências tradicionais, cujas preocupações concentravam-se no ideal de objetividade e exatidão, proporcionando, ao contrário, validade aos fenômenos subjetivos, através da investigação de fenômenos conscientes e inconscientes. O conhecimento da esfera inconsciente só é possível de ser investigado indiretamente, dessa forma, Jung ([1959] 2014) encontrou, no símbolo, a ponte entre o âmbito conhecido e a âmbito desconhecido, o qual é constituído por conteúdos provindos da vida pessoal e elementos coletivos, a saber, os arquétipos - conceito estudado nessa pesquisa. Diante desse contexto, o modo de conhecer da Psicologia Analítica conflui para perspectivas simbólica-hermenêutica, comparativa, sintética e/ou dialética, através do reconhecimento e da compreensão das manifestações simbólicas observadas (PENNA, 2013). Um dos aspectos do paradigma metodológico junguiano, considerado na presente pesquisa, refere-se ao fator da equação psíquica do sistema do observador, que inclui sua subjetividade e seu ponto de vista teórico no curso de suas observações, pois todo conhecimento está inserido em um contexto, tanto fruto da dinâmica inconsciente do pesquisador, quanto decorrente das condições históricas e circunstanciais (Ibidem).

Desde o início dessa investigação qualitativa acerca das diferentes elaborações do conceito de arquétipo pelas escolas de Psicologia Analítica, compreendemos que os horizontes teóricos em que os autores estavam envolvidos eram de fundamental importância para conhecermos suas elaborações. Para tanto, realizamos revisões teóricas desses horizontes, considerando com bibliografias sobre o tema em estudo, os diferentes segmentos presentes e as consequentes formulações e reformulações acerca do conceito de arquétipo.

3.1 PROCEDIMENTOS

Após delimitar o tema da pesquisa - a elaboração do conceito de arquétipo na obra de C.G. Jung e as contribuições de pós-junguianos -, definimos quais autores seriam estudados, mediante a classificação de Andrew Samuels (1989) de três escolas de Psicologia Analítica: Clássica, Desenvolvimentista e Arquetípica. Então selecionamos os expoentes de cada escola e seus respectivos estudos a respeito da teoria dos arquétipos, com foco em sua definição conceitual. Como complemento, consideramos relevante compreender o horizonte teórico sob o qual tais elaborações se deram e, para isso, recorreremos a textos de comentadores como o primeiro e o terceiro capítulos do livro *Jung e a Construção da Psicologia Moderna: o sonho de uma ciência e a pesquisa*, de Sonu Shamdasani (2005); *Jung e os pós-junguianos*, de Andrew Samuels (1989); *Epistemologia e Método na Obra de C. G. Jung*, de Eloisa Penna (2013).

Ao discorrermos acerca do conceito de arquétipo segundo a Escola Clássica, alinhada às elaborações de C. G. Jung, portanto, representada pelo próprio autor, utilizamos textos de suas Obras Completas: *Psicologia do Inconsciente* ([1912] 2014); *Psicologia e Religião* ([1938] 2012); *A prática da Psicoterapia* ([1954] 2013); *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo* ([1959] 2014); *A natureza da psique* ([1960] 2013), com os artigos *Considerações Teóricas sobre a Natureza do Psíquico* ([1946] 2013) e *Instinto e Inconsciente* ([1919] 2013); *Símbolos da Transformação* ([1912] 2011) e *Memórias, Sonhos e Reflexões* (1961). A fim de complementarmos as contextualizações teórica, filosófica e epistemológica, utilizamos as seguintes produções: *A Psique na Antiguidade*, de Edward Edinger (2000); *Complexo, arquétipo e símbolo na Psicologia de C.G. Jung*, de Jolande Jacobi (2017); *História da Filosofia Grega e Romana, volume III: Platão*, de Giovanni Reale (2014); *O Pensamento de Immanuel Kant* (2023) e *Psicologia e Filosofia: estudos sobre a querela em torno ao psicologismo (Psychologismusstreit)* (2020), de Mario Ariel González Porta.

Atinente à Escola Desenvolvimentista, consideramos relevante apresentar as considerações de Erich Neumann, em suas obras *História da Origem da Consciência* ([1949] 2008) e *A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente* ([1974] 2011), como também de Michael Fordham, em seu primeiro capítulo do livro *New Developments in Analytical Psychology* (1957) e *Jungian Psychotherapy: a study in analytical psychology* ([1978] 1990). Ainda, James Astor (2001) foi referência para compreender o pensamento de Fordham, através de seu livro *Michael Fordham: innovations in analytical psychology (makers of modern psychotherapy)*. A fim de contextualizar o desenvolvimento da Escola Desenvolvimentista, utilizamos o artigo de Solomon (2002), *A Escola*

Desenvolvimentista, componente da obra *Manual de Cambridge para Estudos Junguianos*, organizado por Young-Eisendrath e Dawson (2002).

Concernente à Escola Arquetípica, os estudos de Hillman foram fundamentais, assim, recorreremos aos seus escritos *Estudos de Psicologia arquetípica* (1981) e *Psicologia Arquetípica: um breve relato* ([1982] 1992). A fim de complementar o entendimento de sua teoria, utilizamos o artigo *James Hillman: insinuações filosóficas*, de Edward Casey (2013).

Por fim, julgamos valoroso conhecer os atuais debates da neurociência acerca do conceito de arquétipo, na teoria dos modelos emergentes, para tanto, valemo-nos de produções de Jean Knox - o artigo *Novas perspectivas a partir da neurociência cognitiva e da teoria do apego: o modelo junguiano da mente* (2020), e a obra *Archetype, Attachment, Analysis - Jungian psychology and the emergent mind* (2005) -, bem como do artigo *Arquétipos: a emergência e a estrutura profunda da psique*, de George Hogenson (2020).

A bibliografia citada foi acessada por meio do acervo da Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri do Campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, livros físicos adicionais e dispositivos eletrônicos de acesso.

3.2 ANÁLISE DOS MATERIAIS

Após apresentar a elaboração do conceito de arquétipo para cada escola de Psicologia Analítica e algumas contribuições do campo da neurociência, realizamos uma síntese de suas principais considerações. Em seguida, comparamos as formulações de cada escola, discutindo se houve novas contribuições, reformulações e debates entre elas. Buscamos também explorar as principais aproximações e distanciamentos entre suas considerações, considerando as influências que as bases fundamentais teóricas de cada escola exercem nas elaborações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Uma breve contextualização epistemológica do pensamento de C.G. Jung

No fim do século XIX, observou-se uma efervescência de pesquisas na área dos fenômenos psicológicos, concentradas em discutir a possibilidade da Psicologia ser uma ciência independente. Alguns autores defendiam que a experimentação garantia observações exatas dos processos psíquicos, contudo, tais propostas eram questionadas por pesquisadores que se perguntavam se era possível obter tal exatidão e universalidade de objetos subjetivos, que estão constantemente em transformação (SHAMDASANI, 2005).

Assumindo o *status* de ciência, esperava-se da psicologia que fosse capaz de solucionar aquelas questões que vinham desafiando os pensadores há séculos, e enfim substituir a superstição, a sabedoria folclórica e a especulação metafísica pelas regras de leis universais. (Ibidem, p. 18, grifo do autor)

O método das ciências naturais, que visava alcançar leis gerais de funcionamento sobre um objeto, começou a ser dubitável, inclusive por C. G. Jung, quando afirmou que o conhecimento dos médicos era insuficiente para abranger o conhecimento das ciências mentais, sendo necessários, portanto, outros ramos de conhecimento complementares, como Mitologia, História, Filosofia, Pedagogia, Biologia, Teologia, Filologia etc. (Ibidem). Para além desses questionamentos, Eloisa Penna (2013) ainda expõe outra ponderação: o método predominante das ciências naturais, por muito tempo, foi capaz de explorar o domínio da consciência, entretanto, o mesmo não podia ser aplicado ao inconsciente.

Esse horizonte foi apresentado por Jung ([1946] 2013) em seu artigo *Considerações Teóricas sobre a Natureza do Psíquico*, no qual retoma a relação entre Filosofia e Psicologia:

O resultado deste desenvolvimento lógico foi que no século XVII, de tanta importância para o progresso das ciências, a Psicologia começou a surgir ao lado da Filosofia, e Christian August Wolff (1679-1754) foi o primeiro que falou de uma psicologia “empírica” ou “experimental”, reconhecendo, deste modo, a necessidade de dar uma nova base à Psicologia. Ela teve de desvencilhar-se da definição racional de verdade dos filósofos, porque se tornava cada vez mais claro que nenhuma filosofia possui aquela **validade universal** que faça uniformemente justiça a **diversidade** dos indivíduos. (Ibidem, § 345, grifo nosso)

O resultado desse caminho foi a tentativa de separação entre a Psicologia e a Filosofia, mais especificamente a separação da Psicologia empírica e a Psicologia metafísica, bem como a aproximação da Psicologia com o empirismo, buscando torná-la, assim, uma ciência natural. No entanto, sua independência não se deu por completo.

Acontece exatamente a mesma coisa com a psicologia empírica; como disciplina de uma psicologia filosófica geral, admite-se a psicologia experimental como concessão ao empirismo das ciências naturais, mas assim mesmo com abundante mistura de termos técnicos da Filosofia. (Ibidem, § 347)

Nesse contexto, os expoentes da Psicologia experimental, como Wilhelm Wundt (1902 apud JUNG, [1946] 2003), não se interessavam pelos fenômenos psíquicos que ocorriam abaixo do limiar da consciência, resultando na negação da existência do inconsciente como hipótese psicológica, cenário questionado por Jung ([1946] 2013):

Se, porém, comprova-se que a psique não coincide com a consciência, mas – o que é muito mais – funciona inconscientemente à semelhança ou *diversamente* da parte capaz de se tornar consciente, então nossa inquietação deveria crescer, pois, neste caso, não se trata de limites gerais da teoria do conhecimento, mas de um mero *limiar da consciência* que nos separa dos conteúdos inconscientes da psique. (§ 362, grifo do autor)

Na época de Jung, a existência do inconsciente impactava diretamente as questões epistemológicas, em busca de responder como é possível conhecer esse objeto de estudo, uma vez que o conhecimento do inconsciente dá-se apenas de forma indireta.

A teoria junguiana foi desenvolvida nesse contexto científico, marcado por debates acerca da metodologia e epistemologia de pesquisa, fundamentais na crítica ao método positivista vigente, o qual buscava formular leis gerais e estáveis acerca do funcionamento da alma. Segundo Jung (Ibidem), essa metodologia não era suficiente para abarcar a subjetividade, sobretudo, a expressa pelos conteúdos inconscientes, no entanto, ainda era preciso buscar uma forma válida de produzir ciência, considerando esses novos fenômenos, ou seja, através da investigação de estruturas universais em meio à investigação da individualidade humana.

A figura de Jung é intrinsecamente atrelada aos conceitos de arquétipo e inconsciente coletivo; segundo Shamdasani (2005), “Para entender profundamente o sentido desses conceitos inéditos, é indispensável compreender as questões e os debates em que ele estava envolvido, e aos quais ofereceu suas soluções” (p. 32). Como complemento ao horizonte exposto por Jung (1946 [2013]), Shamdasani (2005) expõe um segundo debate fundamental nas

elaborações teóricas do psiquiatra suíço, que questionava a possibilidade da Psicologia lidar com fatores individuais, tendo em vista que o status científico concebida, como teorias de sucesso, aquelas que estudavam fatores universais.

Esse debate, conhecido como equação pessoal, começou na Astronomia e, depois, foi relevante para as discussões acerca dos problemas da Psicologia. A princípio, a equação pessoal serviu de denominação para a discrepância na mensuração dos trânsitos estelares, causada pelo próprio observador e, posteriormente, esse debate impactou o nascimento da Psicologia experimental, possibilitando a investigação de fatores individuais nos processos observacionais (SHAMDASANI, 2005). Essas discussões chegaram ao ramo da Psiquiatria, influenciando a trajetória de Jung ([1954] 2013), que considerou, sob a influência de William James (1890 apud SHAMDASANI, 2005), a equação pessoal como fator importante para a Psicologia (Ibidem). Jung ([1954] 2013) observou que o ideal de objetividade buscado pelas ciências não era possível, uma vez que os fatores subjetivos do pesquisador influenciam suas observações em alguma medida, com isso, era preciso encontrar uma forma de trabalhar com a equação pessoal enquanto se produz ciência. Resolver essa questão, junto com o problema da relação entre fatores individuais e universais na Psicologia, foi o que levou a teoria dos arquétipos, na visão de Shamdasani (2005), a ter uma importância fundamental.

Para tanto, a teoria dos arquétipos era de importância crítica. De acordo com essa teoria, o elemento “pessoal” era composto por estruturas universais inatas. Embora a teoria do inconsciente coletivo seja em geral desdenhada como não científica, um dos motivos pelos quais ele a havia proposto era justamente assegurar o caráter científico da psicologia, ao postular uma dimensão de universalidade na personalidade que fosse anterior às diferenças individuais. Nesse sentido, ela constituía uma outra tentativa de resolver o problema da equação pessoal. (Ibidem, p. 103-104)

Ao passo que a Astronomia respondeu à equação pessoal, buscando excluí-la através de cálculos, diversos aspectos da teoria de Jung mostram que, no lugar de tentar eliminá-la, a equação pessoal do psicólogo é um instrumento terapêutico a ser explorado.

Além desse debate acerca da universalidade e individualidade, Jung ([1946] 2013) também acompanhou um período em que a metafísica havia sido rejeitada como fundamentação do conhecimento e, portanto, como ciência (SHAMDASANI, 2005). No entanto, as questões antes respondidas por ela ainda estavam presentes e, enquanto as considerações freudianas acabaram por excluir a metafísica, Jung ocupou-se de satisfazer as necessidades provenientes

de suas questões, mas mantendo-se alinhado à ciência. Diante disso, o conceito de arquétipo apresentou-se como resposta a esse dilema:

Como dissemos acima, as psicologias dinâmicas das décadas de 1880 e 1890 tentaram distanciar-se das filosofias do inconsciente, introduzindo modelos psicológicos restritos para o inconsciente ou para o subconsciente, que, supostamente, eram derivados apenas de observações clínicas em lugar das especulações metafísicas. Esse modelo serve de substrato para as primeiras obras de Jung até *Transformações e símbolos da libido*. Desse período em diante, Jung começou a propor uma ampliação da noção de inconsciente e de libido. (Ibidem, p. 241, grifo do autor)

Essa mudança também foi observada por Penna (2013), quando expõe que o artigo *Transformações e Símbolos da Libido*, produzido em 1916, foi ampliado posteriormente com tentativas de acolher diferentes áreas do ser, como Filosofia, Religião e Literatura, assim como as experiências do psiquiatra suíço. As consequências teóricas dessas produções envolveram o rompimento com a psicanálise e a escolha dos métodos comparativos e hermenêuticos que, mais tarde, foram complementados pela perspectiva simbólica (Ibidem). Como será apresentado nos capítulos posteriores desse trabalho, a teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo é concebida como a culminação de intentos teóricos iniciados na Filosofia do inconsciente, que se apoiavam em especulações metafísicas, mas com Jung, adquiriram elaboração científica.

4.2 As escolas de Psicologia Analítica e os arquétipos

Apesar de Jung ([1961] 2006) ter manifestado a forma como gostaria que seus escritos fossem lidos, tais observações não impediram reformulações de sua teoria, reinvenções e instaurações de novos pensamentos que levam o sobrenome junguiano (SHAMDASANI, 2005). Andrew Samuels (1989), psicoterapeuta e escritor, buscou classificar os estudiosos desses novos pensamentos junguianos, alegando que “[...] os junguianos ainda não constituíram escolas *oficialmente* reconhecidas, embora, informalmente, o processo com certeza tenha ocorrido” (Ibidem, p. 17, grifo do autor). Com isso, o autor dividiu as escolas em três:

Podemos chamá-las de *Escola Clássica*, *Escola Desenvolvimentista* e *Escola Arquetípica*. Meu método é selecionar três aspectos da discussão teórica e três da prática clínica relevantes para todos os psicólogos junguianos. Espero demonstrar que é a *ordenação* e *ponderação* desses aspectos que alicerçam a evolução das escolas. (Ibidem, p. 32, grifo do autor)

Dentre os três aspectos teóricos elencados por Samuels (Ibidem), a definição de arquétipo encontra-se como elemento comum às três escolas, seguida pelo conceito de Self e pelo desenvolvimento da personalidade. Investigando mais a fundo os debates entre pós-junguianos, o conceito de arquétipo pode ter mais ou menos prioridade a depender da escola, no entanto, não deixou de se tornar objeto de grande repercussão, de tal forma que as diferentes contribuições são fruto das formações acadêmicas precedentes de cada teórico (HOGENSON, 2020). Assim como o inconsciente coletivo e, conseqüentemente, o conceito de arquétipo foram formulados por meio de múltiplas influências filosóficas, epistemológicas e metodológicas, o mesmo aconteceu com as reformulações posteriores desses conceitos.

4.3 O conceito de arquétipo para a Escola Clássica

Conforme mencionado, começaremos a investigação do conceito de arquétipo para a Escola Clássica, alinhada à concepção de Jung, com exposições acerca da elaboração realizada pelo autor e dos pressupostos filosóficos que a influenciaram. Em suas obras, Jung buscou apresentar os autores que foram importantes para o desenvolvimento de suas conceituações, então Shamdasani (2005) fez um mapeamento das fundamentações filosóficas e epistemológicas das concepções de inconsciente, instinto e arquétipo, que nos são necessárias. Nessa linha, Eloisa Penna (2013) realizou uma importante contribuição historiográfica, que nos localiza temporalmente ao longo do desenvolvimento das ideias de Jung. Ainda, outros estudos auxiliares acerca do tema também foram utilizados nesta composição.

4.3.1 O inconsciente coletivo e as profundezas da psique

O conceito de arquétipo, que constitui um correlato indispensável da ideia do inconsciente coletivo, indica a existência de determinadas formas na psique, que estão presentes em todo tempo, e em todo lugar. (JUNG, [1959] 2014, § 89, grifo nosso)

Na teoria junguiana, o estudo dos arquétipos ampara um conhecimento mais amplo relativo à dimensão inconsciente, uma vez que as teorias precedentes a Jung consideravam-na originada de experiências pessoais que resultavam em conteúdos esquecidos ou reprimidos. A discussão marcante realizada pelo psiquiatra suíço introduziu o inconsciente coletivo, mais profundo e antecedente ao inconsciente pessoal, precedendo, portanto, a própria formação da consciência (JUNG, [1959] 2014). O inconsciente, em sua totalidade, é caracterizado como um

campo psíquico desconhecido, no qual jazem os elementos provenientes da história individual, ou seja, aqueles que esquecemos, reprimimos ou percebemos apenas em nível inconsciente, mas também em que se encontram elementos impessoais, psicoides, cujo contato só se dá indiretamente, por meio de símbolos (JUNG, [1946] 2013).

Assim, o inconsciente coletivo é um âmbito da psique que independe da história de vida individual porque é herdado e formado a partir dos sedimentos das experiências humanas típicas, ou seja, que se repetiram ao longo da história:

Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e, no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à **hereditariedade**. (JUNG, [1959] 2014, § 88, grifo nosso)

Jung (Ibidem) colocou em evidência o fato de que as repetições dessas experiências humanas típicas imprimiram, no inconsciente coletivo, potencialidades psicoides preexistentes que representam a possibilidade de comportamentos especificamente humanos, inacessíveis em si mesmos, mas passíveis de conhecimento através de suas representações imagéticas. Tal formulação nasce de materiais empíricos, provenientes de seus anos de atuação com pacientes psiquiátricos, analisados à luz de concepções influenciadas por correntes filosóficas, pois dentre as diversas disciplinas que basearam a teoria de Jung, o âmbito filosófico teve destaque na definição de arquétipo.

4.3.2 A relação entre a Filosofia e a Psicologia na teoria dos arquétipos de C. G. Jung

Conforme Shamdasani (2005), emergiu uma discussão acerca do inconsciente nas correntes filosóficas do século XIX, a qual ampliou-se para os campos da Fisiologia e da Psicologia, de forma que a concepção de inconsciente coletivo de Jung expressa a culminação desses movimentos. Em diversos escritos, o psiquiatra suíço faz menções às principais fontes filosóficas presentes na elaboração da teoria dos arquétipos, envolta em considerações sobre a natureza psíquica consciente-inconsciente. Vale ressaltar que apesar dessas influências, sua teoria apresenta-se sedimentada em dados empíricos, eliminando a possibilidade de ser uma especulação propriamente filosófica. A passagem da Filosofia à Psicologia na nossa discussão pode ser resumida através da consideração de Shamdasani (Ibidem):

Para as novas psicologias dinâmicas do século XIX, o conceito de inconsciente servia para separar seu campo do de outros domínios, como o da filosofia, da fisiologia e da biologia. Ao mesmo tempo, essa separação estava longe de ser linear, pois a filosofia e a fisiologia tinham seus próprios conceitos de inconsciente e de funcionamento mental inconsciente. (p. 184)

As contribuições da Psicologia moderna retiraram o inconsciente do âmbito metafísico, restringindo-as ao âmbito psicológico, movimento preservado por Jung ([1946] 2013), ainda que tenha reconhecido, diversas vezes, o evidente paralelismo com a Filosofia romântica (SHAMDASANI, 2005). No decorrer das obras de Jung, as perspectivas da relação entre Filosofia e Psicologia podem parecer contraditórias, mas Shamdasani (Ibidem) buscou sintetizá-las: “É possível propor uma formulação que reconcilia essas afirmações. Pode-se dizer que ‘os pressupostos filosóficos’ de Jung incluíam uma leitura psicologizante da filosofia que permitia à filosofia ser incorporada pela psicologia” (p. 187). Essa incorporação relaciona-se com a necessidade de retirar as fundamentações da Filosofia de bases metafísicas e alcançar, como visto no subcapítulo *Uma breve contextualização epistemológica do pensamento de C. G. Jung*, reflexões sobre as fundamentações científicas, nesse caso, da Psicologia.

No exercício das elaborações junguianas, os principais precursores das referências para a formulação dos conceitos de inconsciente coletivo e arquétipos são Platão, Kant, Schelling, Carus e Von Hartmann (Ibidem). O trabalho de Shamdasani (Ibidem) foi investigar qual a significação desses pensadores citados pelo psiquiatra suíço, que participaram de um ramo de estudo conhecido como Filosofia do Inconsciente e, no presente estudo, expomos as considerações que nos auxiliam a compreender as influências que levaram Jung à elaboração do conceito de arquétipo.

4.3.2.1 Schelling, Carus e Von Hartmann: estudos vinculados ao inconsciente

Jung ([1959] 2014) situa o desenvolvimento de sua teoria, mencionando que o termo *archetypus* foi utilizado por autores datados a partir do Helenismo até a Idade Média como Dionísio Areopagita, tendo a ideia de *archetypus* estado presente também nas obras de Santo Agostinho. Jung (Ibidem) continua esta contextualização com a passagem da reflexão filosófica acerca do inconsciente para o campo da Medicina:

Apesar de vários filósofos, como Leibniz, Kant e Schelling terem indicado claramente o problema da alma obscura, foi um médico que se sentiu impelido a destacar o *inconsciente* como a base essencial da psique, a partir de sua experiência científica e médica. Estamos falando de Carl Gustav Carus, o precursor de Eduard Von Hartmann. Mais recentemente foi novamente a psicologia médica que se aproximou do problema do inconsciente, sem pressuposições filosóficas. (Ibidem, § 259, grifo do autor).

Posterior a pesquisas experimentais sobre o inconsciente, na experiência clínica da Psiquiatria, Jung ([1959] 2014) observou temas mitológicos típicos à experiência humana no decorrer das civilizações, o que o levou a assumir a existência de estruturas psíquicas formadoras de mitos no âmbito de um inconsciente não pessoal - a saber, os arquétipos do inconsciente coletivo. O caminho até esse desfecho é o que percorreremos, seguindo o estudo de Shamdasani (2005), conforme quadro exposto na página seguinte:

AUTOR	PERÍODO	PRINCIPAL IDEIA
<p>Friedrich W. J. Schelling</p> <p>Expoente do idealismo alemão, corrente marcada pelos debates com as ideias kantianas</p>	<p>1775-1854</p>	<p>A teoria kantiana fortaleceu o solo para reflexões acerca das ideias obscuras da cognição humana, incapazes de serem alcançadas por nós diretamente. Schelling participou da elaboração acerca do inconsciente, compreendendo-o como uma região da mente, de existência involuntária, expressa como força produtiva base da consciência. Ao estudar a arte, incluindo produções mitológicas, observou que ela é produto de dois fatores - consciente (aprendido) e inconsciente (inato) -, então referenciou as principais figuras da Mitologia como imagens primordiais (Ibidem).</p>
<p>Carl Gustav Carus</p> <p>Médico fisiologista alemão</p>	<p>1789 – 1869</p>	<p>Continuidade à ideia de que a consciência se origina do inconsciente, o qual foi concebido por níveis, sendo o primeiro absoluto e inalcançável pela consciência, enquanto o intermediário, composto por representações que poderiam ser acessadas pela consciência em algum momento (SHAMDASANI, 2005). A vida desenvolvia-se em uma direção teleológica, com uma meta a ser inspirada e realizada a partir da imitação da imagem primordial.</p> <p>O inconsciente era a fonte primordial da vida. [...] A imagem primordial era responsável pela manutenção e expansão da espécie e também do indivíduo. O inconsciente era caracterizado pelo fato de não conhecer a fadiga nem a doença. O poder curativo da natureza operava através do inconsciente. (Ibidem, p. 195)</p>
<p>Karl R. E. von Hartmann</p> <p>Filósofo alemão</p>	<p>1842 – 1906</p>	<p>Principal obra busca conciliar o idealismo alemão e as ciências naturais (SHAMDASANI, 2005). Postula diferentes inconscientes: epistemológico, físico, psíquico e metafísico. O inconsciente preserva o indivíduo e a espécie por meio dos instintos. A produção artística depende da invasão do inconsciente, o qual exprime funções individuais e coletivas, formando o substrato das consciências individuais. Esse inconsciente também é teleológico.</p> <p>Quando dizia a <i>filosofia</i> do inconsciente, ele queria significar um sistema metafísico especulativo que abrangia os fenômenos da biologia, da psicologia e até mesmo da teologia, no âmbito de sua procedência. (Ibidem, p.196-197, grifo do autor)</p> <p>Essa proposta metafísica gerou críticas por parte dos psicólogos, que buscavam distinguir a Psicologia e a metafísica, pois acompanharam essa disciplina perder credibilidade frente à fundamentação e reflexão acerca das ciências.</p>

Jung ([1946] 2013) reconheceu que as ideias de Schelling foram basilares na conceituação do inconsciente como fundamento absoluto e universal do âmbito consciente. Jung ([1946] 2013) também avalia que Carus foi responsável por transferir o problema do inconsciente do âmbito filosófico para o psicológico, considerando-o uma inspiração e ponte entre os dois saberes. Nesse cenário, sua teoria apresenta-se como culminação de um processo iniciado pelas ideias dos autores citados, tendo em vista a discussão epistemológica diante da qual estava inserido.

É significativo que um dos termos que Jung usou inicialmente para designar seu novo conceito do inconsciente, como vimos acima, em seu texto de 1917, *Psicologia dos processos inconscientes*, tenha sido “inconsciente absoluto”, um termo empregado por Carus. Em seguida, esse termo foi substituído por inconsciente “coletivo”. À maneira dos conceitos de inconsciente de Carus e von Hartmann, o inconsciente coletivo de Jung era um domínio transindividual que compreendia os domínios fisiológico, psicológico, metafísico e teológico. Embora ele afirmasse que a noção do inconsciente coletivo era um conceito empírico e não-especulativo, é óbvio que, nesse conceito, as filosofias do inconsciente do século XIX encontraram enfim sua mais consumada e duradoura forma de expressão. (SHAMDASANI, 2005, p. 256, grifo do autor)

Essas considerações foram importantes para a formulação da noção de inconsciente coletivo, intrinsecamente vinculada ao conceito de arquétipo, pois da mesma forma que a Filosofia pode fornecer suporte para alguns conceitos junguianos, a teoria de Jung legitimou tentativas de elaboração de uma teoria acerca do inconsciente explorada pela Filosofia ao longo do século XIX. Vejamos agora, os filósofos que influenciaram a elaboração do conceito de arquétipo.

4.3.2.2 Platão e Kant: precursores da ideia de arquétipo

Há um consenso entre Samuels (1989), Shamdasani (2005) e Penna (2013) quanto a Platão e Kant serem os precursores da ideia de arquétipo, sobre a qual Jung ergue sua própria teoria. Diante disso, exporemos as principais ideias dos pensadores citados acerca deste aspecto.

Jung ([1959] 2014), ao fazer menção aos arquétipos, reconhece que a proposta de imagens primordiais foi abordada, primeiramente, por Platão: “‘Arquétipo’ nada mais é do que uma expressão já existente na Antigüidade, sinônimo de ‘ideia’ no sentido platônico” (§ 149). Ainda, sobre a própria nomenclatura, faz menção ao filósofo grego:

Archetypus é uma perífrase explicativa do εἶδος platônico. Para aquilo que nos ocupa, a denominação é precisa e de grande ajuda, pois nos diz que, no concernente aos conteúdos do inconsciente coletivo, estamos tratando de tipos arcaicos - ou melhor - primordiais, isto é, de imagens universais que existiram desde os tempos mais remotos. (Ibidem, § 5, grifo do autor).

Essa influência platônica foi investigada pelo psicoterapeuta junguiano Edward F. Edinger (2000), em sua obra *A Psique na Antiguidade*. Segundo o autor, dois conceitos formulados Platão ganham destaque na elaboração do conceito de arquétipo junguiano: *eidos* (plural de *eide*) e *anamnese* (reminiscência). No terceiro volume da obra intitulada *História da Filosofia Grega e Romana: Platão*, o historiador da Filosofia Giovanni Reale (2014) explica o conceito de *eidos*, fundamental para a compreensão da teoria das ideias, ao discorrer que, para Platão, diferentemente de hoje, Ideias (ἰδέα) ou *Eidos* (εἶδος) - variações do mesmo conceito - não consistem em representações mentais ou processos psicológicos de um sujeito, mas sim, estruturas metafísicas permanentes, cuja existência independe do pensamento particular, assim, são as formas suprassensíveis das coisas, isto é, não-físicas, que podem ser apreendidas pelo intelecto particular, ainda que dele não dependam. Ou seja, são estruturas imateriais que atuam de forma determinante nos seres particulares e sensíveis, que a elas devem a razão de si – em outras palavras, as Ideias estabelecem as essências dos seres particulares.

As Ideias são as essências eternas do bem, do verdadeiro, do belo, do justo, e assim por diante, que a inteligência, quando se protende no máximo da sua capacidade e se move na pura dimensão do inteligível, consegue “fixar” ou “ver”. (...) Com efeito, para Platão há uma conexão metafísica entre a visão do olho da alma e o objeto em razão do qual tal visão existe. O ver *intelectivo* implica, como sua razão de ser, o *objeto visto intelectivo*, ou seja, a Ideia. (REALE, 2014, p. 63, grifo do autor)

Dentre as características metafísicas das Ideias, encontra-se a inteligibilidade (as ideias só podem ser captadas pela inteligência), a incorporeidade, a imutabilidade, a perenidade (objetividade) e a unidade (unifica a multiplicidade das coisas do mundo sensível) (Ibidem): “Mudam e se modificam as coisas belas singulares, ou seja, as coisas empíricas e os sensíveis particulares, mas o Belo-em-si não muda e não pode mudar” (Ibidem, p.71).

O segundo conceito platônico a ser abordado é o de *anamnese*, desenvolvido a partir do problema do conhecimento, o qual “[...] é *anamnese*, isto é, uma forma de recordação, um vir à tona do que já existe sempre no interior da nossa alma” (Ibidem, p. 154, grifo do autor). Dessa forma, o contato através dos sentidos fornece conhecimentos imperfeitos, ao passo que somente através de um aprofundamento no próprio interior torna-se possível atingir os conhecimentos perfeitos correspondentes, assim, “[...] não resta senão a conclusão de que *ela os encontre em*

si e os extraia de si como uma possessão originária, recordando-os” (Ibidem, p. 158, grifo do autor). O conhecimento perfeito é recuperado como reminiscência, a partir dos modelos originários da nossa alma, sendo possível, neste ponto, dizer que ocorrem reminiscências das Ideias.

Edinger (2000) explorou de que forma os mencionados conceitos de Platão relacionam-se com a teoria junguiana. O autor ressalta que o conceito de *eidós* é precursor do conceito de arquétipo, além do método psicológico contemporâneo incluir anamnese para retomar os eventos marcantes da vida do paciente, mas também, tomando como referência a hipótese do inconsciente coletivo, evocar, na experiência do sujeito, materiais de dimensão impessoal, impressos em toda alma humana, provenientes da esfera coletiva da psique. A ideia platônica de anamnese, ou seja, conhecer algo que já existe em nossa alma, é similar ao que a psicodinâmica nomeia como inconsciente, uma vez que seus conteúdos habitam e atuam em nossa psique, mas precisamos torná-los conscientes. Samuels (1989) faz reflexões similares, uma vez que assim como *eidós* precede o mundo sensível e particular, constituindo o mundo inteligível universal, os arquétipos, como imagens universais, também precedem a experiência e deles derivam todas as manifestações arquetípicas em suas múltiplas formas.

De acordo com Penna (2013), as influências da Filosofia do Inconsciente estiveram presentes na formação de Jung desde sua graduação na Faculdade de Medicina da Universidade de Basileia (1896 - 1899). Neste período, estudou e formulou críticas ao materialismo a partir da filosofia kantiana, que tratava de aspectos imateriais da natureza e do conceito de força vital. Esse conjunto de estudos abarcava a hipótese de um campo inconsciente, marcante no pensamento de C. G. Jung, desenvolvida a partir das apresentadas influências no conceito de inconsciente coletivo (subcapítulo 4.3.2.1) e no conceito de arquétipo, os quais o autor julgou similares às categorias kantianas (SHAMDASANI, 2005).

A filosofia kantiana ficou conhecida por se ocupar do problema acerca do conhecimento e retirar o fundamento das ciências naturais de explicações metafísicas, disciplina que estava cada vez mais perdendo a credibilidade. Em Kant (1787 apud PORTA, 2023), ocorre a culminação das mudanças dos discursos filosóficos, os quais não perguntavam mais sobre os objetos, se por exemplo, há ou não certos objetos, mas se ocupavam do conhecimento desses objetos – se é possível conhecê-los e sob quais fundamentos. Assim, fica a cargo das ciências conhecer os objetos, ao passo que da Filosofia, questionar se tal conhecimento é válido e de que forma se fundamenta (PORTA, 2023).

Kant (1787 apud PORTA, 2023) reconhece dois tipos de conhecimento: empíricos (*a posteriori*) e não empíricos (*a priori*); o primeiro “[...] é aquele que pode ser suficientemente ‘fundado’ na experiência, pela qual entendemos um saber fundamentado, em última instância, nos dados sensoriais” (Ibidem, p. 37), já o segundo “[...] é aquele conhecimento que não pode ser adequada e suficientemente fundado na experiência” (Ibidem), desse modo, os conhecimentos *a priori* podem ser caracterizados como universais e necessários¹, pois não se baseiam na experiência. Um marco das obras de Kant foi realizar a chamada inversão copernicana da Filosofia, metáfora que remete ao trabalho de Copérnico, quando inverteu a relação entre o Sol e a Terra para explicar o movimento dos planetas, considerando o Sol como centro do sistema planetário e a Terra girando em torno dele. Kant (1787 apud PORTA, 2023) realizou essa inversão no campo da epistemologia, teorizando que o sujeito é ativo e colabora com a construção do conhecimento, ao contrário do que se concebia anteriormente, isto é, o sujeito como ser passivo, recebendo o objeto. Essa inversão possibilitou a explicação de um conhecimento *a priori* (universal e necessário), pois se o objeto é completamente independente do sujeito e este apenas o recebe passivamente, como seria possível conhecer objetos sem antes experienciá-los, como é o caso do conhecimento *a priori*? Dito de outra forma:

[...] o sujeito só pode conhecer *a priori* aquilo que ele “produz”, e que, em consequência, depende dele de algum modo - ou, na perspectiva inversa, que o sujeito *não pode conhecer a priori aquilo que não dependa dele de algum modo*. (...) Exprimindo o nosso resultado em termos kantianos, digamos que *o sujeito só pode conhecer (e só pode conhecer a priori) os fenômenos mas não as “coisas em si”*. (Ibidem, p. 120, grifo do autor)

As condições de possibilidade de conhecimento dos fenômenos foram chamadas de categorias, consideradas estruturas do sujeito cognoscente que organizam e constituem os dados. Na perspectiva de Shamdasani (Ibidem), a formulação do conceito de arquétipo foi resultado da assimilação do *eidos* platônico e das categorias kantianas.

Numa seção de *Crítica da razão pura*, intitulada “Sobre as ideias enquanto tais”, Kant discutiu extensamente o conceito platônico de ideia (...). É provável que esta seção tenha sugerido para Jung uma ligação entre a “ideia” de Platão e as categorias de Kant, assim como a assimilação de ambas as formulações nas imagens primordiais junguianas. (Ibidem, p. 257, grifo do autor)

¹ Porta (2023) chama atenção para o leitor não confundir a ideia de *a priori* e a de inatismo.

O pesquisador observa que o próprio conceito de imagem primordial parece ser uma extensão da noção de categorias kantianas, partindo do mesmo pressuposto: a psique não é uma tábula rasa e um alargamento das categorias. A diferenciação que Jung ([1946] 2013) realiza entre os arquétipos em si e as representações arquetípicas assemelham-se à distinção kantiana entre fenômenos e coisas em si. A aproximação da teoria de Jung com as elaborações filosóficas explicitadas conferia, naquele período, legitimidade, por esta razão, é importante ressaltar que, nos termos kantianos e platônicos, as relações que Jung estabeleceu não seriam válidas, no entanto, tampouco seu objetivo era realizar uma teoria filosófica, mas sim, psicológica.

4.3.3 A elaboração do conceito de arquétipo por C. G. Jung

Os primeiros registros de Jung sobre os fenômenos arquetípicos são encontrados em seus escritos redigidos no período entre 1909 e 1913, embora só os tenha nomeado como arquétipos em 1919, no seminário *Instinto e Inconsciente* (PENNA, 2013). Essa diferença implica a reformulação da compreensão teórica, inicialmente, encontrada nas obras referenciais *Psicologia do Inconsciente* ([1912] 2014) e *Símbolos da Transformação* ([1912] 2011), continuamente reformulada até 1954 (PENNA, 2013). Considerando esse intervalo de tempo, os escritos que se destacam para a presente pesquisa são *Psicologia do Inconsciente* ([1912] 2014), *Instinto e Inconsciente* ([1919] 2013), *Considerações Teóricas sobre a Natureza do Psíquico* ([1946] 2013) e *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo* ([1959] 2014). Como complemento, valer-nos-emos das apresentações do conceito em estudo, realizadas por Jolande Jacobi (2017) e Andrew Samuels (1989), que defendem ser possível entrar em contato com os arquétipos a partir de seus diferentes aspectos e influências.

4.3.3.1 As origens da teoria dos arquétipos de C. G. Jung

É uma espécie de experiência primordial do não eu da alma, de um confronto interior, um verdadeiro desafio. (JUNG, [1912] 2014, § 119, grifo nosso)

A teoria dos arquétipos foi desenvolvida a partir de diversas influências na formação profissional de Jung e, segundo Samuels (1989), a autoanálise e a experiência no Hospital Psiquiátrico Burghölzli, onde trabalhou com pacientes psicóticos, foram marcantes nessa trajetória. Nesse período, Jung ([1912] 2014) pôde reunir uma série de produções artísticas de

seus pacientes, que continham conteúdos imagéticos análogos aos temas e lendas que percorrem a história humana, sem que tais pacientes tivessem contato diretamente esses outros materiais. Além dessas experiências, um arcabouço de referências teóricas das mais diversas fontes também se fez presente, por exemplo, Jung ([1959] 2014) conta que conheceu o nome arquétipos em alusão à Literatura ocidental, datada a partir do Helenismo, quando se compreendia as ideias primordiais como *archetypus*.

Devido às constantes traduções e edições reestruturadas da obra de Jung, o qual declarou ter realizado diversas modificações de uma edição para outra, torna-se uma tarefa trabalhosa mapear o que se apresentou primeiro: o termo “dominantes” ou o termo “imagem primordial”. Segundo a pesquisadora Jolande Jacobi (2017), a primeira utilização foi a do termo dominantes, na segunda revisão, datada de 1916, do texto *Psicologia do Inconsciente* ([1912] 2014), quando, simultaneamente, empregava imagens primordiais e, somente em 1946, com o texto *Considerações Teóricas acerca da Natureza do Psíquico*, o autor diferencia os termos arquétipos e dominantes de imagens primordiais e imagens arquetípicas². Por outro lado, os estudos de Samuels (1989) apontam para a aparição do termo imagens primordiais em 1912, antes da nomenclatura dominantes, utilizada somente em 1917.

De todo modo, para a presente pesquisa, faz-se mais importante a passagem de um conceito para o outro do que propriamente desvendar qual termo foi empregue primeiro. Posto isso, a obra de referência para essa exposição é *Psicologia do Inconsciente*, que teve sua primeira edição em 1912 e passou por revisões em 1916, 1926 e 1943. No prefácio dessa obra, Jung ([1912] 2014) contextualiza sua investigação, expressando que, em tempos de guerra - dado que se desenvolvia a Primeira Guerra Mundial -, é fundamental adentrar o mundo caótico do inconsciente. Por trás de toda aparência de civilização e ordem, o mundo presenciava terríveis atos de destruição, difamação e mentiras, assim, a discussão psicológica de tais fenômenos atingia um âmbito para além da consciência – era preciso abarcar os fenômenos desconhecidos, em que se encontram a barbaridade e o caos. Diante desses temas coletivos, o estudo dos fenômenos arquetípicos torna-se primordial.

Conforme exposto, Jung (Ibidem) examina o inconsciente sob duas dinâmicas – pessoal e coletiva. Tomando como exemplos as fantasias presentes na relação transferencial que podem ocorrer entre paciente e médico, o primeiro tipo de conteúdo que pode ser observado sendo projetado na figura do médico provém de reminiscências pessoais, as quais, no modelo teórico do autor, estão presentes na superfície do inconsciente (dinâmica do inconsciente pessoal). Um

² A respeito dessa diferença, ver subcapítulo 4.3.3.3.

segundo tipo de conteúdo projetado refere-se à figura do médico investida de propriedades sobrenaturais, que não provêm da história de vida do paciente, mas sim, “[...] de uma imagem universal ‘primordial’, pertencente aos segredos da história do espírito humano e não à esfera da reminiscência pessoal” (Ibidem, § 100), portanto, esses conteúdos pertencem à esfera mais profunda do inconsciente (inconsciente coletivo ou suprapessoal).

O contato com os pacientes do hospital psiquiátrico em que trabalhou permitiu, ao autor, reunir diversas produções imagéticas similares às expressas em mitologias das antigas civilizações, difíceis de serem acessadas naquele período por aquele público. Alguns exemplos foram registrados na obra *Símbolos da Transformação* ([1912] 2011)³. Jung ([1959] 2014) conta que, por volta de 1906, quando trabalhava no Hospital Burghölzli da Universidade de Zurique, atendia um paciente diagnosticado com esquizofrenia e, em certo dia,

Certo dia encontrei-o junto à janela, movendo a cabeça de um lado para outro, piscando para o Sol. Pediu-me para fazer o mesmo, prometendo que eu veria algo muito importante. Ao perguntar-lhe o que estava vendo, ele espantou-se porque eu nada via, e disse: “O senhor está vendo o pênis do Sol – quando movo a cabeça de um lado para o outro ele também se move e esta é a origem do vento”. (Ibidem, § 105)

Quatro anos depois desse encontro, Jung (Ibidem) acessou o estudo de um filólogo, publicado em 1903, com a transcrição da liturgia mitraica, isto é, rituais de invocação de Mitra, que possibilitou a compreensão daquela fantasia. A saber:

Procura nos raios a respiração, inspira três vezes tão fortemente quanto puderes e sentir-te-ás erguido e caminhando para o alto, de forma que acreditarás estar no meio de região aérea... O caminho dos deuses visíveis aparecerá através do Sol, o Deus, meu pai; do mesmo modo, tomar-se-á visível também o assim chamado tubo, a origem do vento propiciatório. Pois verás pendente do disco solar algo semelhante a um tubo. E rumo às regiões do oeste, um contínuo vento leste; se o outro vento prevalecer em direção ao leste, verás, de modo semelhante, a face movendo-se nas direções do vento. (DIETERICH, 1903, p. 6-7 apud JUNG, [1959] 2014, § 105)

Jung ([1959] 2014) analisa que, em ambos os relatos, está presente o simbolismo do Sol e do Vento, encontrados recorrentemente em outros materiais simbólicos do período da Antiguidade, por exemplo, o Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade do Cristianismo, representado como Vento e Sopro. Essas diversas representações mostram que

³Caso clínico discutido por Jung ([1959] 2014) em *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*, escritos utilizados para contextualizar a exposição do autor.

não há nexos causais entre as expressões que carregam, consigo, simbologias análogas. Mediante esse exemplo, Jung (Ibidem) não pretende expor um arquétipo propriamente, mas apresentar seu método de investigação⁴, segundo o qual, ao reconhecer essas imagens,

[...] "estabelecemos" a realidade dos arquétipos, ou mais exatamente, postulamos a existência psíquica desses conteúdos, com base no reconhecimento. É preciso constatar, expressamente, que não se trata unicamente de conteúdos reconhecíveis, mas de sistemas psíquicos trans-subjetivos, amplamente autônomos, e portanto submetidos só muito condicionalmente ao controle do consciente e provavelmente até lhe escapando, em grande medida. (Idem, [1912] 2014, § 158)

Ao fim, argumenta que em virtude do texto mitraico só ter sido traduzido anos depois da internação do paciente, é improvável que este tenha contactado materiais daquela liturgia: “O paciente foi declarado doente mental aos vinte anos de idade. Nunca viajara. Em sua cidade natal, Zurique, não há qualquer galeria de arte pública que expusesse um tal quadro” (Ibidem, § 109).

Destarte, em consonância com Samuels (1989), observamos a utilização do termo imagem primordial, remetendo, sobretudo, a temas típicos emergentes na história humana, expressos em mitos, contos de fadas, lendas e rituais que se repetem universalmente e, no caso dos pacientes, sem que houvesse qualquer conhecimento prévio consciente. Jung ([1912] 2014) sintetiza:

Logo, neste estágio mais adiantado do tratamento, em que as fantasias não repousam mais sobre reminiscências pessoais, trata-se da manifestação da camada mais profunda do inconsciente, onde jazem adormecidas as imagens humanas universais e originárias. Essas imagens ou motivos, denominei-os *arquétipos* (ou então “dominantes”). (JUNG, [1912] 2014, § 102, grifo do autor)

Jung (Ibidem) apresenta as imagens primordiais como provenientes da capacidade hereditária da imaginação de reproduzir imagens semelhantes às tidas nos primórdios da humanidade: “Há milênios o cérebro humano está impregnado dessa ideia, por isso, jaz no inconsciente de todos, à disposição de qualquer um. Apenas requer certas condições para vir à tona” (Ibidem, § 109). Essas disposições foram, ainda, parafraseadas como aptidões

⁴ A saber, seu método busca materiais que se apresentam tipicamente, ou seja, debruçar-se sobre uma imagem e observar expressões análogas em diversas manifestações, assim, “Quando o material à nossa disposição for bem observado e revelar a riqueza de seu conteúdo, poderemos descobrir fatos interessantes acerca da modificação sofrida pelo tipo. Não só o próprio tipo mas também suas variações podem ser documentados com material mitológico comparativo” (JUNG, [1959] 2014, § 110).

provenientes de repetições e reações subjetivas - “O arquétipo é uma espécie de aptidão para reproduzir constantemente as mesmas ideias míticas; se não as mesmas, pelo menos parecidas” (Ibidem, § 109). Nota-se que o autor qualifica os arquétipos como relativamente autônomos, tendo em vista que se fazem necessárias condições específicas para sua ação.

Ainda, os arquétipos permeiam a camada inconsciente impessoal, portanto, caracterizam-se como sedimentos de comportamentos, pensamentos, emoções, sentimentos etc., constantemente revividos pelos nossos antepassados, que compõem “[...] as formas mais antigas e universais da imaginação humana” (Ibidem, § 104) e se manifestam empiricamente como forças aptas à repetição, gravadas na psique humana. Essas estruturas originárias influenciam nossa história, impelindo-nos a agir a partir de conteúdos desconhecidos dotados de *efeito numinoso* sobre o consciente, provocando alterações, seja a partir dos afetos mais belos, como o amor, seja pelos mais condenáveis, por exemplo, o ódio.

Essas imagens contêm não só o que há de mais belo e grandioso no pensamento e sentimento humanos, mas também as piores infâmias e os atos mais diabólicos que a humanidade foi capaz de cometer. Graças à sua energia específica (pois **comportam-se como centros autônomos carregados de energia**), exercem um efeito fascinante e comovente sobre o consciente e, conseqüentemente, podem provocar grandes alterações no sujeito. (Ibidem, § 110, grifo nosso)

Um cuidado importante a ser mencionado: desde o princípio, Jung (Ibidem) ressalta que essas imagens não são hereditárias, pois “[...] hereditária é apenas a *capacidade de ter tais imagens*, o que é bem diferente” (§ 101, grifo do autor). Como complemento ao destaque à capacidade e não, ao conteúdo, expressa: “Como já indicamos acima, os arquétipos podem ser interpretados como efeito e sedimento de experiências realizadas, mas também se manifestam como fatores que provocam tais experiências” (Ibidem, § 151).

Vimos até aqui de que modo Jung emprega as denominações dominantes e imagens primordiais, ainda que sem realizar profundamente a sistematização e a exposição da diferença entre ambas. A respeito dessa diferença, Samuels (1989) observa que a mudança de imagens primordiais para dominantes está vinculada ao desenvolvimento da noção de energia:

Por volta de 1917 Jung dizia que o inconsciente coletivo se expressava sob a forma de *dominantes*, pontos nodais especiais em torno dos quais as imagens se cristalizavam. Aqui Jung ainda estava usando a metapsicologia freudiana, pensando economicamente, e o dominante foi concebido como atraindo a libido ou a energia psíquica para si. O que é importante notar na mudança da idéia de imagem primordial para a dos dominantes é que a estrutura inata, como quer que seja chamada, é considerada cada vez mais poderosa, até o ponto de se tomar o ator e não o objeto de ação. (p. 42, grifo do autor)

A mudança que Samuels (Ibidem) observa está concentrada na concepção da relação energética entre as estruturas pré-existentes e a experiência pessoal, sendo os dominantes descritos como dotados de maior energia e agentes de ação, em comparação às imagens primordiais, mais próximas de objetos adormecidos na psique coletiva, frutos dos sedimentos de experiências que se repetiram ao longo da história da humanidade. Na perspectiva do psicoterapeuta, essa diferença surge conforme Jung teorizou os dominantes como fatores que provocam as experiências e não apenas, como sedimentos delas.

4.3.3.2 Segunda formulação: primeira aparição do termo “arquétipo”

A fim de investigar a reformulação do conceito de dominantes para o de arquétipos, examinamos o simpósio apresentado por Jung em 1919, no qual o termo foi empregue pela primeira vez. Diante da importância do tema dos instintos, o objetivo de Jung ([1919] 2013), nessa conferência, foi discutir a relação entre instinto e inconsciente no âmbito psicológico. A estrutura de sua apresentação buscou, a princípio, definir instinto e conceituar o inconsciente para, posteriormente, investigar a relação entre ambos.

Jung (Ibidem) observou que, no senso comum, os instintos são compreendidos como comportamentos, cujas motivação e finalidade são desconhecidas, assim, são comumente reconhecidos como manifestações repentinas que interrompem a continuidade do domínio da consciência. Entretanto, somente pontuar tais aspectos é insuficiente para conceituá-los, uma vez que é possível encontrar outros fenômenos, cujas motivações são igualmente desconhecidas, mas diferentes dos instintos, ocorrem isoladamente. Uma ilustração dessa diferença foi apresentada por meio dos medos e fobias - o pavor que uma pessoa sente frente a uma serpente não é diferente do medo que um macaco, por exemplo, sente diante de serpentes, ao passo que uma pessoa poderia sentir pavor de galinhas, ainda que tal comportamento não apresente qualquer regularidade entre as espécies ou, até mesmo, entre os próprios seres humanos.

Ainda, a ocorrência isolada dos fenômenos também é constatada dentre depressões, ansiedades, obsessões etc., ou seja, não são regulares a todos os indivíduos, ainda que suas origens também sejam inconscientes. Os instintos estão, portanto, no plano da regularidade da ação, enquanto os outros fenômenos estão no plano da irregularidade. Em vista disso, Jung (Ibidem) chega a uma definição preliminar de instinto: “Assim, só se deveria considerar como instintos os processos inconscientes e herdados que se repetem uniformemente e com regularidade por toda parte” (Ibidem, § 267).

Mais adiante, o teórico examina a própria relação entre instinto e inconsciente, ao discorrer: “Uma discussão do problema do instinto sem levar em conta o conceito do inconsciente seria incompleta, porque são precisamente os processos instintivos que **pressupõe** o conceito complementar de inconsciente” (Ibidem, § 270, grifo nosso). Em outras palavras, alguém que pretende estudar o comportamento instintivo precisa examinar as teorias acerca do inconsciente, dado que as manifestações daquele ocorrem no âmbito deste.

Complementando a exposição da obra anterior, *Psicologia do Inconsciente* ([1912] 2014)⁵, Jung ([1919] 2013) discorre:

Eu defino inconsciente como a totalidade de todos os fenômenos psíquicos em que falta a qualidade da consciência. Podemos classificar adequadamente os conteúdos psíquicos como *subliminares*, na suposição de que todo conteúdo psíquico deve possuir um certo valor energético que o capacita a se tornar consciente. (§ 270, grifo do autor)

O inconsciente é constituído por dois âmbitos: pessoal, receptáculo de reminiscências e impressões de vivências que não possuem energia suficiente para serem retidas na consciência ou sofreram repressão pelo ego; e coletivo, composto pelos instintos - impulsos que produzem ações sem qualquer motivação consciente - e arquétipos – formas inatas de percepção e intuição que impelem o ser humano a adotar modos de existir especificamente humanos (Ibidem). Diante disso, o autor expõe novas informações:

1. Os instintos são **ações** impulsionadas, inconscientes e herdadas que se repetem uniformemente e com regularidade;
2. Os arquétipos, diferente dos instintos, impelem formas especificamente humanas de **apreensões**;
3. O elo entre instintos e arquétipos reside em serem de **natureza coletiva e universal**.

Por conseguinte, Jung (Ibidem) ocupou-se de apresentar definições mais precisas a respeito de ambos: “*Os instintos são formas típicas de comportamento, e todas as vezes que nos deparamos com formas típicas de reação que se repetem de maneira uniforme e regular, trata-se de um instinto, quer esteja associado a um motivo consciente ou não*” (§ 273, grifo do autor). Seguindo, os arquétipos são “[...] *formas de apreensão, e todas as vezes que nos*

⁵ Para aprofundamento, ver subcapítulo 4.3.3.1.

deparamos com formas de apreensão que se repetem de maneira uniforme e regular, temos diante de nós um arquétipo, quer reconhecamos ou não o seu caráter mitológico” (Ibidem, § 280, grifo do autor).

Expostas as definições, Jung (Ibidem) considera os arquétipos como autorretratos dos instintos, pois cumprem funções semelhantes em seus respectivos âmbitos, psicológico e biológico. De maneira mais concreta, quando discorre que os arquétipos são correlatos aos instintos, expõe que, dentre os fenômenos inconscientes, ambos possuem caráter regular e uniforme em toda psique humana, entretanto, a apreensão arquetípica influencia o destino dos instintos, ativando-os de determinada forma. Contrariando a primazia da Biologia, recorrente nas teorias de seu tempo, os instintos não se manifestam independente dos arquétipos, mas estes interferem no rumo e na configuração da manifestação do comportamento instintivo. Em outras palavras, os instintos herdados dependem das experiências vividas para entrarem em ação, como descrito em *Psicologia do Inconsciente*, quando Jung ([1912] 2014) avalia a necessidade de certas condições para virem à tona do inconsciente. Estas considerações implicam que a depender das histórias de vida, os indivíduos podem não ser impelidos a agirem sob a regência de determinado arquétipo, caso não se deparem com dada circunstância que poderia culminar nesta forma de apreensão.

Ao final do simpósio, Jung ([1919] 2013) menciona que as manifestações arquetípicas repetem-se através de imagens típicas nas mitologias, as quais são regulares ao longo da história. Vale observar que a atuação dos arquétipos dá-se através da mediação imagética que promove sua manifestação, portanto, por meio de imagens arquetípicas que, por sua vez, diferem dos os arquétipos em si⁶. Assim, as expressões arquetípicas são de caráter subjetivo, uma vez que são integradas à história de um indivíduo ou de um grupo, ao contrário do conceito em estudo, que permanece incognoscível.

4.3.3.3 1946 a 1959 - Amadurecimento da teoria: os arquétipos

O amadurecimento da teoria dos arquétipos pode ser explorado a partir de duas obras: o artigo *Considerações Teóricas sobre a Natureza do Psíquico* ([1946] 2013), considerado por Shamdasani (2005) como a maior revisão conceitual de inconsciente, instintos e arquétipos, e pela obra *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo* ([1959] 2014), concebida por Penna (2013) como o marco das últimas elaborações acerca desse conceito.

⁶ Diferença abordada no subcapítulo 4.3.3.3.

Recapitulemos a discussão epistemológica exposta pelo psiquiatra suíço no artigo *Considerações Teóricas sobre a Natureza do Psíquico* ([1946] 2013), em que encontrou-se diante de um cenário, no qual a hipótese psicológica de um âmbito inconsciente estava sendo negada pelos pesquisadores da Psicologia experimental do início do século XX, que a vincularam, conseqüentemente, aos conceitos especulativos da Filosofia. A partir disso, o teórico argumenta a favor de um sistema psíquico, cuja natureza não se limita à identificação com a consciência, mas abrange também um sistema inconsciente. Para tanto, Jung (Ibidem) desenvolve o que nomeou de um modelo, isto é, um modo de entendimento acerca da natureza da psique, abarcando a consciência e o inconsciente:

Por este meio chegamos a provar, por assim dizer, justamente aquilo que começamos por rejeitar, a saber, a identificação da psique com a consciência. Este dilema, porém, resolve-se a partir do momento em que entendemos como a consciência é relativa, porque seus conteúdos são *ao mesmo tempo conscientes e inconscientes*, isto é, conscientes sob um determinado aspecto, e inconscientes sob um outro aspecto (...). Devemos, todavia, habituar-nos ao pensamento de que entre a consciência e o inconsciente não há demarcação precisa, com uma começando onde o outro termina. *Seria antes o caso de dizer que a psique forma um todo consciente-inconsciente.* (Ibidem, § 397, grifo do autor).

Os processos conscientes abarcam as “[...] variantes de comportamentos condicionadas pela experiência e pelos atos volitivos [...]” (Ibidem, § 386). Além do aspecto da vontade, a consciência apresenta-se com diferentes intensidades, dado existir um salto entre o fazer e o estar consciente daquilo que se faz, o que foi descrito por Jung (Ibidem) como uma consciência em que o inconsciente predomina e não, uma consciência em que prevalece a autoconsciência:

Este paradoxo se torna imediatamente compreensível quando nos damos conta de que não há nenhum conteúdo consciente a respeito do qual se possa afirmar com absoluta certeza que é em tudo e por tudo consciente, pois isto necessitaria uma totalidade inimaginável da consciência, e uma totalidade desta natureza pressuporia uma totalidade ou integralidade igualmente inimaginável da mente humana. Assim chegamos à conclusão paradoxal de que *não há um conteúdo consciente que não seja também inconsciente sob outro aspecto.* É possível igualmente que não haja um psiquismo inconsciente que não seja, ao mesmo tempo, consciente. (§ 385, grifo do autor).

Tendo em vista que a natureza do universo psíquico, portanto, concebe-se que este contempla o todo consciente-inconsciente, Jung (Ibidem) explora a relação entre os processos psíquicos e a vida orgânica, a saber, os instintos. Dessa forma, parte-se da premissa de que os

instintos humanos possuem um aspecto fisiológico e um aspecto psicológico, então o contexto exposto levou Jung a perguntar se existiria um inconsciente psíquico que não fosse pessoal, assim, adentrou a teoria dos arquétipos.

Enquanto a estrutura corporal revela as bases evolutivas da Fisiologia, os instintos mostram vestígios da evolução da psique (coincidentes com os *Patterns of Behaviour*⁷) e se manifestam através de imagens, de acordo com a situação. A exemplo:

O instinto da formiga-cortadeira (saúva) realiza-se na imagem da formiga, da árvore, da folha, do corte, do transporte e no pequeno jardim de fungos, cultivado pelas formigas. Se falta uma destas condições, o instinto não funciona, porque não pode existir sem sua forma total, sem sua imagem. Uma imagem desta natureza constitui um tipo apriorístico. É inato na formiga, antes de qualquer atividade, porque esta só tem lugar quando um instinto de forma correspondente oferece motivo e possibilidade para isto. Este esquema vale para todos os instintos e apresenta forma idêntica em todos os indivíduos da mesma espécie. (Ibidem, § 398)

Segundo Jung (Ibidem), ocorre o mesmo com o ser humano, apresentando formas instintivas *a priori*, representadas por meio de imagens que limitam a ação da vontade e integram o modelo da atividade humana – no tocante ao aspecto biológico, só cabe ao homem comportar-se tal como seu modo especificamente humano.

Nesse modelo, não é possível apreender puramente as formas instintivas, uma vez que a consciência transforma as imagens instintivas originais ao entrar em contato com elas, assim, só é possível alcançá-las de forma indireta. O caminho que Jung (Ibidem) percorreu para se aproximar dessas imagens foi composto por materiais de seus pacientes produzidos em sonhos, fantasias, expressões visuais, sonoras, corporais e de modelagem. Analisando-as, chegou a temas e formas que se repetiam analogamente e de forma típica entre os indivíduos ao longo da história, sem que necessariamente eles pudessem conhecê-las conscientemente. Conforme o autor expõe, é possível identificar as diversas formas circulares, quadradas, triangulares e seus padrões abstratos, ainda que, como princípios formadores, apresentem significados psicológicos inconscientes.

Esses princípios formadores são *a priori* e coletivos no inconsciente dos seres humanos, com capacidade de manifestação na consciência, mediante produções que provêm de reguladores e estimuladores, denominados dominantes ou arquétipos:

⁷ Conceito técnico da Biologia que se refere aos padrões de comportamento inatos.

Na medida em que os arquétipos intervêm no processo de formação dos conteúdos conscientes, regulando-os, modificando-os e motivando-os, eles atuam como instintos. Nada mais natural, portanto, do que supor que estes fatores se acham em relação com os instintos, e indagar se as imagens da situação típica que representam aparentemente estes princípios formadores coletivos no fundo não são idênticos às formas instintivas, ou seja, aos *patterns of behaviour*. (Ibidem, § 404, grifo do autor)

Outra conceituação de arquétipos descrita de forma semelhante, concebe-os como elementos do inconsciente formados a partir das repetições típicas da experiência humana, que foram impressas como:

[...] *formas sem conteúdo*, representando a mera possibilidade de um determinado tipo de percepção e ação. Quando algo ocorre na vida que corresponde a um arquétipo, este é ativado e surge uma compulsão que se impõe a modo de uma reação instintiva contra toda a razão e vontade [...]. (JUNG, [1959] 2014, § 99, grifo do autor)

Seguindo o desenvolvimento teórico acerca desses elementos, Jung (Ibidem) caracteriza-os como numinosos, isto é, exercem um efeito mobilizador sobre os afetos a partir das expressões imagéticas, impelindo o sujeito às tendências potenciais do próprio arquétipo. O efeito numinoso desses reguladores expressam o valor afetivo de sua determinação, nesse sentido, são semelhantes aos instintos, ainda que presentes em polaridades diferentes, sendo os instintos correspondentes ao extremo polo do aspecto biológico e os arquétipos, ao extremo polo do campo psicológico (ou espiritual). Em realidade, parte-se do princípio de que as polaridades encontram-se nesse movimento em que a imagem arquetípica representa o instinto e evoca-o, a depender da experiência:

[...] ambos subsistem lado a lado como as ideias que o homem tem a respeito dos opostos subjacentes a todo energismo psíquico. O homem se encontra ao mesmo tempo como um ser impelido interiormente a agir, mas capaz de pensar e refletir. Esta polaridade em si não tem significado moral, porque o instinto em si não é mau, como o espírito em si não é necessariamente bom. Ambos podem ser uma coisa e outra. (JUNG, [1946] 2013, § 406)

Ainda, há uma diferenciação conceitual a ser feita acerca da natureza do arquétipo, principalmente, porque é na má compreensão dela que muitos autores equivocam-se a respeito

da teoria dos arquétipos, ao não distinguir claramente os arquétipos em si e as representações arquetípicas:

Essas representações são estruturas amplamente variadas que nos remetem para uma forma básica irrepresentável que se caracteriza por certos elementos formais e determinados significados fundamentais, os quais, entretanto, só podem ser apreendidos de maneira aproximativa. (Ibidem, § 417)

Os arquétipos, como formas típicas de comportamento irrepresentáveis, são psicoides, ou seja, em si, não são capazes de atingir o limiar da consciência, apenas por meio de suas representações. Segundo a compreensão junguiana, os arquétipos são os elementos do inconsciente coletivo que não foram submetidos a qualquer elaboração consciente, dessa forma, há uma diferença entre o que são os arquétipos, como modelo hipotético abstrato, e suas manifestações, que já se encontram modificadas pela percepção subjetiva (JUNG, [1959] 2014).

O processo inconsciente⁸, portanto, é destacado como o âmbito psíquico desconhecido, isto é, o conjunto de conteúdos psicoides que permeiam o inconsciente, mais aqueles que involuntariamente invadem a consciência e não são reconhecidos. Segundo o psiquiatra, o termo psicoide diferencia-se do termo psíquico na medida em que é empregue como adjetivo, indicando a qualidade de algo que é quase psíquico (como comportamentos reflexos ou instintivos), cujo conhecimento acerca de sua existência ocorre de forma indireta. Em contrapartida, a possibilidade de integração à consciência é condição daquilo que é psíquico inconsciente, por exemplo, através do método interpretativo. De acordo com o modelo proposto pelo autor, considera-se que existe um modo de funcionamento inconsciente que conserva o modo consciente, sendo que no primeiro, também se fazem presentes intenção, pensamento, sentimento, percepção, tal como se houvesse um sujeito atuante (Ibidem).

Além das precisões conceituais e caracterizações, Jung (Ibidem) preocupou-se em fornecer uma explicação para a origem dos arquétipos na psique humana, segundo a qual eles apresentam-se desde o nascimento no cérebro da criança, o qual é diferenciado, individualizado e pré-determinado pela hereditariedade. Dessa forma, o recém-nascido responde aos eventos do mundo a partir de predisposições que condicionam a seleção e organização da aprecepção, em suas palavras, “Não se trata portanto de ideias *herdadas*, mas de suas *possibilidades*” (Ibidem,

⁸ Apresentado no subcapítulo 4.3.1.

§ 136, grifo do autor). Segue apresentação semelhante realizada pelo autor em sua obra *Psicologia e Religião* ([1938] 2012):

Como já expus anteriormente, a ligação do simbolismo espontâneo moderno com as teorias e crenças da Antigüidade não se faz por meio de uma tradição direta ou indireta (...). A indagação mais cuidadosa jamais provou que meus pacientes tivessem tido acesso aos livros que tratam destes assuntos, ou então recebido outras informações concernentes a essas idéias. Parece que seu inconsciente trabalhou na mesma direção de pensamento que voltara a manifestar-se repetidas vezes durante os dois últimos milênios. Semelhante continuidade só pode ocorrer se admitirmos que existe certa condição inconsciente, como que um a priori herdado. Tal suposição não implica, naturalmente, uma herança de representação, cuja existência seria difícil, e mesmo impossível, de provar. Suponho, antes, que a qualidade herdada é algo assim como a possibilidade formal de produzir as mesmas idéias ou, pelo menos, ideias semelhantes. A uma tal possibilidade chamei de "arquétipo". Entendo, pois, por arquétipo uma qualidade ou condição estrutural própria da psique que, de algum modo, se acha ligada ao cérebro. (§ 165)

Atentamos ao fato de que Jung oscila entre conceituar os arquétipos como formas, estruturas ou possibilidades ao longo de seus textos. O caminho exposto até o momento revelou que, ao explicitar a necessidade de certas condições para a constelação dos arquétipos, expressos através de representações coletivas ou subjetivas, seu caráter formal não implica uma determinação, ou seja, não se apresenta como determinista, mas como condição ou possibilidade *a priori*. “Ele existe em si apenas potencialmente e quando toma forma em alguma matéria, já não é mais o que era antes” (JUNG, [1959] 2014, § 301).

Em suma, expusemos aspectos dos arquétipos, conforme as elaborações apresentadas por Jung em suas obras – torna-se um trabalho impossível, parafraseando a autora Jacobi (2017), defini-los e descrevê-los com exatidão. Como vimos, os arquétipos são potencialidades *a priori* irracionais da constituição humana, portanto, não são passíveis de apreensão racional. Ainda, sua constituição dá-se a partir da cristalização de sedimentos de experiências humanas que se repetem ao longo do tempo e deixam resíduos na natureza da psique, formando disposições para experiências humanas típicas. Já o conhecimento que obtemos dos arquétipos⁹ é indireto, através de suas manifestações imagéticas que correspondem às potencialidades em interação com o meio experienciado (SAMUELS, 1989).

⁹ Shamdasani (2005) investigou a origem do termo dominantes e chegou aos estudos de Karl Lamprecht e sua teoria dos dominantes. Anos mais tarde, este trabalho foi descredibilizado, o que, na visão de Shamdasani (Ibidem), pode ser o motivo pelo qual Jung abandonou o termo após ter empregue a nomenclatura arquétipos. Essa menção ajuda-nos a compreender que, além da mudança teórica, outros aspectos, como as referências teóricas multidisciplinares, podem ter impactado tais alterações.

Em estudos paralelos, os chamados pós-junguianos realizaram reflexões e reelaborações sobre a teoria dos arquétipos a partir de diferentes considerações, dessa forma, a compreensão deste conceito para Jung compõe o primeiro passo para abordarmos as mudanças realizadas. Em seguida, discorreremos sobre os contextos dos principais autores expoentes das Escolas Desenvolvimentista e Arquetípica e, posteriormente, apresentaremos as interpretações da noção de arquétipo para eles.

4.4 O conceito de arquétipo para a Escola Desenvolvimentista

Como exposto anteriormente, a postulação do conceito de arquétipo foi cunhada sob influências multidisciplinares, como Mitologia, Religião, Filosofia e Biologia. A fim de abordar a concepção da Escola Clássica, mostrou-se de grande importância conhecer suas influências filosóficas, em contrapartida, a contribuição da Escola Desenvolvimentista, representada pelas figuras de Michael Fordham e Erich Neumann, caminha no intento de debater as bases biológicas constituintes da elaboração do conceito em estudo. A posição defendida por Fordham (1957) afirma que as bases do conceito de arquétipo, conforme concebido por Jung, são desatualizadas na medida em que teorias contemporâneas em evidência sobrepujaram-nas. Neumann ([1949] 2008), em contrapartida, acata as fundamentações propostas por Jung, publicando teorias em favor de sua validade (SHAMDASANI, 2005).

As principais temáticas exploradas pela Escola Desenvolvimentista de Psicologia Analítica foram o desenvolvimento inicial (primeira e segunda infância) e as relações de transferência e contratransferência (entre analista e paciente). A investigação sobre os arquétipos foi importante para os autores dessa escola porque seus estudos, sob a perspectiva do desenvolvimento primário, dão continuidade aos de Jung. Para essa finalidade, foram utilizados estudos de Klein, Winnicott e Bion, todavia, ainda que a psicanálise tenha sido usada como referencial, as teorias seguiram como contribuições da Psicologia Analítica, postuladas sob seus próprios pressupostos metodológicos e epistemológicos (SOLOMON, 2002).

Diante desse horizonte, os estudos de Fordham (1957; [1978] 1990) e Neumann ([1949] 2008; [1974] 2011) incluíram discussões acerca da natureza dos arquétipos, alcançando as raízes teóricas que os fundamentaram e, para as finalidades do presente trabalho, conheceremos mais a fundo tais contribuições, especialmente no que se refere à relação com as ciências biológicas.

4.4.1 Jung e a Biologia

A fim de auxiliar a compreensão do debate realizado pela Escola Desenvolvimentista, precisamos recuperar o horizonte das ciências biológicas presentes nos repertórios de Jung, Neumann e Fordham, conforme apresentado por Shamdasani (2005).

Em alguns escritos, Jung ([1959] 2014) apresenta a possibilidade dos arquétipos serem herdados, como resposta ao problema de sua origem na psique humana; para tanto, valeu-se, principalmente, de Teoria da Hereditariedade, Memória Orgânica, Lei Biogenética e Engramas de Semon (SHAMDASANI, 2005).

De acordo com Shamdasani (Ibidem), o tema da memória foi amplamente debatido no século XIX, a partir das mais variadas perspectivas, sobretudo, da Biologia e, mais especificamente, da Fisiologia. No curso das investigações, pesquisadores desses ramos levantaram discussões para além da história individual, abrangendo também a ancestralidade e a cultura. De forma geral, teorias dos mais diversos ramos, que investigam aspectos coletivos da história humana, são de interesse de Jung.

No eixo da memória orgânica, duas correntes destacaram-se: a teoria da hereditariedade de características adquiridas, proposta por Jean-Baptiste de Lamarck (1809 apud SHAMDASANI, 2005), e a teoria da lei biogenética, elaborada por Ernest Haeckel (1900 apud SHAMDASANI, 2005), o qual defendia que a ontogênese recapitula a filogênese, especificamente, o corpo individual carrega traços acumulados do desenvolvimento biológico da raça, portanto, é imbuído de uma história. No curso dessas ideias, a memória orgânica seria herdada, de forma a ser possível localizar a história da raça no corpo individual (Ibidem). A ponte entre essas teorias e as concepções de Jung ([1959] 2014) sobre os arquétipos como estruturas herdadas frutos das experiências ancestrais está no desdobramento do tema da memória. Vale destacar que não somente para o conceito de arquétipo, a base da proposta de Psicologia do autor é influenciada pela história cultural e as disciplinas que a abordam (SHAMDASANI, 2005).

Na página a seguir, exporemos um quadro dos principais teóricos acerca do tema da memória e suas ideias, segundo a reconstrução de Shamdasani (Ibidem):

AUTOR	PERÍODO	PRINCIPAL IDEIA
Ernest Haeckel Biólogo	1866	Explorou a possibilidade de uma filogênese da alma - conhecimento da história coletiva da alma - a partir da história individual: “A história do feto recapitula a história da raça” (SHAMDASANI, 2005, p. 204).
Ewald Hering Fisiólogo	1870	Lembranças conscientes do sujeito são diferentes das lembranças inconscientes da Natureza (não encerradas com a morte). Isso porque a memória não se limita às faculdades do estado consciente, mas também envolve o estado inconsciente, como sensações, ideias e percepções involuntárias.
Thomas Laycock Fisiólogo	1876	Algumas reações humanas podem ser compreendidas a partir da reversão ancestral, isto é, recordações com potencial de reprodução ou evolução baseado nos substratos ancestrais. Essa tese entra no debate da memória, sob a possibilidade dos instintos, hábitos adquiridos e habilidades serem transmitidos pela hereditariedade.
Samuel Butler Cientista	1878	Instintos são compreendidos como lembranças herdadas e representações das recordações ancestrais da raça.
Théodule Ribot Filósofo e Psicólogo	1881- 1896	Distinção entre memória psicológica (consciente) e memória orgânica (inconsciente). Pressupõe a lei biogenética e defende que a consciência pressupõe o inconsciente. Três níveis inconscientes: hereditário (formas herdadas de sentimentos, capazes de controlar as associações, sem que haja consciência), sensações internas do organismo e inconsciente pessoal (resíduos afetivos ligados aos eventos da história pessoal).
William Preyer Psicólogo infantil	1882	Seu pensamento sucede discussões antropológicas sobre a possibilidade da recapitulação ultrapassar as fronteiras da Biologia e se estende para a Antropologia, isto é, a história individual recapitula estágios do desenvolvimento cultural vivenciados por toda humanidade. A Psicologia infantil acolhe esse debate, propondo que o recém-nascido contenha traços de impressões sensoriais de gerações antigas. Assim, é possível que os indivíduos reanimem resquícios de experiências (percepções, ideias, comportamentos) ancestrais.
Stanley Hall Presidente da Associação Americana de Psicologia	1897	A alma traz registros de experiências evolutivas da espécie no inconsciente. Estudo realizado a partir da temática do medo – como exemplo do medo de outros animais, provenientes de experiências instintivas ancestrais.

Por fim, destaca-se a culminação dessas teorias no trabalho de Richard Semon (1904 apud Shamdasani, 2005), notadamente, nos Engramas de Semon, publicados em 1904. Seu objetivo era sintetizar as relações expostas até Laycock através de uma teoria fisiológica, a qual considerava, em resumo, que “[...] a excitação deixava um rastro de traços. A repetição do estímulo original levava à reativação do traço, e esse processo era herdado” (SEMON, 1904, p. 12 apud SHAMDASANI, 2005, p. 210). Não são pequenos os impactos dessa teoria na Psiquiatria, uma vez que a conservação de traços que podem ser reativados na matéria sugere que processo semelhante poderia ocorrer na psique a partir da conservação de experiências nesse âmbito – como sonhos, hipnose e doenças -, segundo expoentes da História da Psiquiatria (Ibidem).

Jung ([1912] 2014) discorre acerca da relação que estabelece entre os arquétipos e a culminação das citadas teorias biológicas na ideia de engramas, em seu livro *Psicologia do Inconsciente*:

[...] pois os conteúdos do inconsciente coletivo são, não só os resíduos de modos arcaicos de funções especificamente humanas, como também os resíduos das funções da sucessão de antepassados animais do homem, cuja duração foi infinitamente maior do que a época relativamente curta do existir especificamente humano. Tais resíduos, ou — para usar a expressão de Semon — os *engramas*, quando ativos, têm a propriedade não só de interromper o desenvolvimento, como também de fazê-lo regredir, enquanto não estiver consumida toda a energia ativada pelo inconsciente coletivo. Mas a energia será recuperada, quando pudermos tomar consciência dela pela confrontação consciente com o inconsciente coletivo. (§ 159, grifo do autor)

Como veremos adiante, essa ideia foi contestada e se tornou obsoleta, a partir da teoria genética de George Mendel (1863 apud SHAMDASANI, 2005) e as críticas elaboradas por August Weismann (1910 apud SHAMDASANI, 2005) a respeito da teoria da hereditariedade de características adquiridas.

Em síntese, esse horizonte teórico exerceu influências sobre a teoria de Jung desde o princípio, quando ainda trabalhava com Freud e propunha um campo de investigação filogenético da teoria das neuroses, sobretudo, mediante correspondências com temas mitológicos (SHAMDASANI, 2005). O uso do termo inconsciente pessoal por Jung, igualmente presente na teoria de Ribot, aponta, junto com outros aspectos, em direção à influência desse conjunto de ideias no pensamento do psiquiatra suíço, o que foi possível graças à passagem da discussão do campo biológico para o antropológico/psicológico em meados de 1880.

Ainda, Shamdasani (Ibidem) retoma a diferenciação entre ideias herdadas e possibilidades inatas de se formar ideias – ou seja, o que é herdado não se trata propriamente das representações, mas formas *a priori* para produzi-las. Nesse sentido, Jung se afasta de Lamarck (teoria das **características** herdadas) e se aproxima de Semon (herança de **traços** – engramas – e não, herança de conteúdos específicos). No entanto, Samuels (1989) observa que Jung não pretendia ser categórico quanto às relações traçadas com a Biologia, pois ocupou-se apenas de estabelecer paralelos entre suas observações e os comportamentos específicos de diversas espécies. Fordham (1958 apud SHAMDASANI, 2005) chega a afirmar que as bases da teoria de Jung se aproximam mais da Filosofia do que da Biologia.

4.4.2 Erich Neumann e sua participação no debate

O primeiro expoente da Escola Desenvolvimentista que abordaremos é Erich Neumann, cujas contribuições envolvem formular, em suas próprias pesquisas, as bases biológicas utilizadas por Jung (SHAMDASANI, 2005). Erich Neumann (1905-1960) foi um psicólogo alemão, que realizou formação no C. G. Jung Institute por muitos anos. A obra referencial deste capítulo será a introdução de *História da Origem da Consciência* (2008), para a qual o autor toma a Lei Biogenética como referência, a fim de fundamentar o desenvolvimento psicológico individual decorrente do desenvolvimento da psique ao longo da história da humanidade. Este texto foi avaliado por Jung: “O autor situou os conceitos da psicologia analítica, demasiado complexos para tantas pessoas, numa base evolutiva segura [...]” (NEUMANN, [1949] 2008, p. 12).

O intento de Neumann (Ibidem) era apresentar um esboço do desenvolvimento da consciência, a partir de fenômenos internos e de estágios arquetípicos. O autor segue a definição que Jung propôs acerca dos arquétipos, considerando-os como estruturas herdadas do inconsciente coletivo, que compõem formas pictóricas dos instintos e se manifestam na psique por meio de imagens, sendo considerados, portanto, órgãos da psique que se articulam uns com os outros e determinam a maturidade da personalidade (Ibidem).

A referência à Lei Biogenética pode ser observada, quando Neumann (Ibidem) escreve:

No curso do seu desenvolvimento ontogenético, a consciência individual do ego tem de passar pelos mesmos estágios arquetípicos que determinaram a evolução da consciência na vida da humanidade. Na sua própria vida, o indivíduo tem de seguir a estrada percorrida antes dele pela humanidade, estrada na qual esta deixou marcas da sua jornada impressas na sequência arquetípica das imagens mitológicas que em breve iremos examinar. (p. 13-14)

Neumann (Ibidem) discorre que o desenvolvimento da consciência do ego ocorre mediante passagens por estágios arquetípicos, ou seja, “A capacidade de perceber, de compreender e de interpretar essas imagens se transforma à medida que a consciência do ego muda, no decorrer da história ontogenética e filogenética do homem; [...]” (p. 14).

O autor, então, espera que seu estudo contribua com o campo da Psicologia, não só junguiana, como também com áreas, como História da Religião, Antropologia e Psicologia folclórica. Os métodos escolhidos para realizar seu estudo foram o dedutivo, sistemático e de abordagem evolutiva, o qual percorre a história transpessoal e pessoal do homem. Em sua concepção, inicialmente, o desenvolvimento individual é perpassado por fatores coletivos e só consegue independência para o domínio pessoal, posteriormente.

O homem consciente individualizado da nossa era é um homem posterior, cuja estrutura está construída sobre estágios humanos prévios, pré-individuais, dos quais a consciência individual se afastou apenas de modo lento.

A evolução da consciência por estágios é, ao mesmo tempo, um fenômeno humano coletivo e um fenômeno individual particular. Assim, deve-se considerar o desenvolvimento ontogenético uma recapitulação modificada do desenvolvimento filogenético. (Ibidem, p. 16)

Os estudos do autor acompanham as expressões psíquicas em que os arquétipos marcam a história primitiva através de projeções exteriores em figuras poderosas - como deuses e demônios-, tal qual a expressão no âmbito individual desses símbolos, que promovem o desenvolvimento psíquico. Em outras palavras, os arquétipos determinam a história coletiva e regem os estágios do desenvolvimento individual. Neumann (Ibidem) chama atenção para a diferenciação, exposta anteriormente, entre arquétipos e representações arquetípicas, esclarecendo que não defende a ideia de que os mesmos eventos históricos são vivenciados nos estágios de desenvolvimento individual ou mitológico e cultural.

A relação entre o transpessoal e o pessoal - que desempenha decisivo papel em toda vida humana - também está prefigurada, mais uma vez, na história humana. Mas o aspecto coletivo dessa relação não implica que eventos históricos ímpares ou recorrentes sejam herdados, visto que não há até o presente prova científica da herança de características adquiridas. Por isso, a psicologia analítica considera que a estrutura da psique é determinada por dominantes transpessoais *a priori* - os arquétipos -, órgãos e componentes essenciais da psique que, desde o início, moldam o curso da história humana. (Ibidem, p. 17, grifo do autor)

Em outras palavras, herdados são os padrões estruturais elementares que determinam tanto a história da humanidade, como a história individual, recapitulando os estágios categóricos e arquetípicos. Ao final, Neumann (Ibidem) expõe que essa pesquisa apresenta benefícios para a atuação na psicoterapia, assim como para compreender a atitude da consciência nas expressões culturais.

Ainda que Neumann (Ibidem) tenha se posicionado concordante com as elaborações de C. G. Jung acerca da definição dos arquétipos, a presente pesquisa também ocupa-se de compreender as diferenças entre as formulações das diferentes escolas. Em sua obra *A Grande Mãe*, Neumann ([1974] 2011) explora a estrutura do arquétipo, partindo do mesmo significado atribuído por Jung, mas considerando fatores teóricos e práticos mais adequados à sua proposta de pesquisa na linha do desenvolvimento:

Porém, visto que para a prática psicoterapêutica, assim como para a compreensão da história da consciência é significativa uma diferenciação do “arquétipo” no sentido de seu “desenvolvimento” no âmago da psique, atribuímos ao termo “arquétipo primordial” uma conotação ontológica, definindo-o assim como a forma que surge na fase inicial da consciência humana, antes de sua diferenciação em arquétipos particulares (Ibidem, p. 22).

Na teoria de Neumann (Ibidem), portanto, os arquétipos sofrem uma fragmentação a partir de grande massa complexa, o que se desdobra em diferentes grupos de arquétipos. O arquétipo primordial reúne a união dos opostos, caracterizando a situação originária do inconsciente, indiferenciado da consciência:

A miscelânea de todos os símbolos vigentes no arquétipo primordial só se dissipa quando a consciência é capaz de se distanciar, e quando aprendeu a reagir com mais sutileza, tendo adquirido uma capacidade de distinção e percepção mais diferenciadas; é assim que se tornam reconhecíveis aos grupos e conjunto de símbolos característicos de um arquétipo individual ou de um grupo de arquétipos correlatos. (Ibidem, p. 26)

Processo similar de desenvolvimento ocorre com os símbolos, que se relacionam não somente com o ego individual, mas com o momento de diferenciação em que se encontra a totalidade do sistema psíquico e a etapa do desenvolvimento entre consciência e inconsciente. Por exemplo, o homem ancestral, similarmente a criança, experiencia o mundo a partir da projeção das imagens arquetípicas em eventos externos, o que levou, por exemplo, a entendimentos acerca dos eventos meteorológicos como atribuídos a deuses ou seres mitológicos, ao passo que, posteriormente, as explicações científicas passaram a conferir novo

significado a tais eventos. Desse modo, a compreensão acerca destes modificou-se desde as primeiras civilizações até as sociedades contemporâneas, sendo que o processo que transpôs de um estágio ao outro compreende a elaboração de formas que auxiliaram a diferenciação da consciência.

Através do símbolo, a humanidade eleva-se de uma fase ancestral de ausência de formas e das imagens, e de uma cegueira da psique limitada ao inconsciente, para o estágio da criação de formas, em que a atividade criativa da mente é uma condição essencial para o surgimento e o desenvolvimento da consciência. (Ibidem, p.29)

Dessa forma, Neumann (Ibidem) propõe um olhar para a teoria dos arquétipos, compreendendo o arquétipo primordial a partir da perspectiva desenvolvimentista, que acompanhou sua trajetória de estudos.

4.4.3 As contribuições de Michael Fordham

Expostos o horizonte das teorias biológicas que influenciaram a formulação de Jung acerca da origem dos arquétipos e as concepções de Neumann ([1949] 2008; [1974] 2011), examinaremos, a seguir, o primeiro capítulo do livro *New Developments in Analytical Psychology*, publicado por Michael Fordham (1957), no qual foram apresentadas suas divergências sobre a fundamentação desse conceito em teorias biológicas consideradas inválidas por ele, a saber, a Lei Biogenética, em vista de publicações atualizadas e estabelecidas na comunidade acadêmica.

Michael Scott Montague Fordham (1905-1995) - psiquiatra infantil inglês – foi um analista da Psicologia Analítica contemporâneo a Jung, motivo pelo qual temos registros de diálogos entre ambos. Como será apresentado adiante, esses documentos são importantes porque conferem a oportunidade de investigarmos indagações e contrapontos realizados às elaborações junguianas, bem como as respostas de Jung.

Fordham (1957) inicia o capítulo *Biological Theory And The Concept of Archetypes*, com a afirmação de que as ciências biológicas, como a Fisiologia, Neurologia e Psiquiatria não são áreas necessariamente conflitantes com o conceito de arquétipo, ao contrário, ainda que existam lacunas entre os estudos da Biologia e da Psicologia, é possível recuperar essa relação.

No curso das teorizações acerca do inconsciente ao longo da História da Psicologia, Freud (1910 apud FORDHAM, 1957) foi responsável por abordar esse âmbito com base na

ontologia, isto é, formado ao longo do desenvolvimento pessoal e individual; por outro lado, Jung desenvolve uma ideia revolucionária, pois propõe a existência de uma dimensão inconsciente para além da pessoal: o inconsciente coletivo, adquirido a partir do desenvolvimento filogenético, ou seja, da espécie humana (FORDHAM, 1957). Tomando como referência o texto de 1936, *O Conceito de Inconsciente Coletivo* (JUNG, [1959] 2014), abordado na presente pesquisa no tópico *1946 a 1959: Amadurecimento da teoria: Os Arquétipos*, Fordham (1957) destaca a menção ao caráter hereditário dos arquétipos definido por Jung ([1959] 2014) e escreve que, a despeito de aceitar a existência dos arquétipos, acredita que o próximo passo seja revisar os princípios sob os quais foram postulados.

Fordham (1957) frisa que teria sido favorável, para o fortalecimento das ideias de Jung, o aprofundamento das hipóteses levantadas sobre a origem dessas imagens primordiais, pois, ainda que tenha mencionado a teoria da hereditariedade, não é possível comprovar que os arquétipos são hereditários através de uma prova positiva. Contrariamente, só é possível atestar o que não aconteceu, isto é, fornecer provas negativas: antes das imagens primordiais emergirem do inconsciente, o sujeito não esteve consciente delas, logo, essas imagens não podem ter emergido a partir da sugestão ou de qualquer fonte externa¹⁰. A partir dessas provas negativas, a conclusão de Jung foi relacionar a teoria da hereditariedade com a origem dos arquétipos (Ibidem).

O psiquiatra inglês discorre sobre a possibilidade de fundamentar a origem dos arquétipos nos postulados da teoria da hereditariedade, argumentando a partir de pesquisas que se desdobraram da teoria genética de Mendel (1863 apud FORDHAM, 1957) e da teoria do plasma germinativo de Weismann (1910 apud FORDHAM, 1957). A teoria de Mendel (1863 apud FORDHAM, 1957) postulou unidades genéticas - genes -, localizadas no plasma germinativo, responsáveis pelas características físicas específicas dos seres vivos. Aprofundando os estudos do plasma germinativo, Weismann (1910 apud FORDHAM, 1957) afirmou que as características adquiridas durante a vida - modificações corporais, habilidades, pensamentos ou imaginações - não possuem impacto sobre o plasma germinal. Por conseguinte, a hipótese dos arquétipos serem considerados herdados sugere que, de algum modo, há representação de sua natureza na carga genética. O destaque que vale ser dado, nessa etapa da exposição, é o de que tal argumentação contribui como refutação às possíveis interpretações de outras teorias biológicas antecedentes baseadas na ideia de que experiências ao longo da história

¹⁰ Esse argumento foi apresentado no subcapítulo 1.3.3.1.

humana pudessem ser herdadas. Como vimos, Jung ([1912] 2014) rejeita tal hipótese, a qual, agora, encontra-se fundamentada nos pressupostos biológicos coletados por Fordham (1957).

Partindo da noção de que os processos psíquicos experienciados possuem vínculos com os processos orgânicos, Fordham (Ibidem) explora a relação entre os arquétipos e os instintos, encontrada também nos escritos de Jung. Segundo o psiquiatra inglês, existem ressalvas quanto ao uso do campo de estudo biológico referente aos padrões inatos de comportamento na área Psicologia porque, primeiramente, foi estudado o comportamento animal, mas no âmbito da ação humana, esses padrões são mais complexos de serem isolados e estudados, todavia, é possível estabelecer relações com os novos conhecimentos da área do comportamento animal.

O autor retoma que na obra de Jung ([1919] 2013), os arquétipos são correlatos dos instintos, na medida em que também expressam padrões inatos de comportamento, enquanto Fordham (1957) considera o comportamento instintivo vinculado ao sistema neuroendócrino de atuação, mediante o qual se apresenta a possibilidade de comportamentos instintivos e inatos que envolvem as redes neurológica e endócrina do organismo. Por exemplo, foi descoberto que alguns comportamentos instintivos dos animais são ativados por determinados estímulos, componentes de um sistema perceptivo estável, assim, quando os filhotes de gaivota sentem fome e precisam ser alimentados, instintivamente, bicam uma mancha vermelha no bico da mãe para que ela regurgite a comida para eles, logo, não foram ensinados a fazê-lo, mas possuem um sistema perceptivo estável em suas naturezas. No caso do sistema endócrino, é observado que, para algumas espécies, os hormônios influenciam o comportamento instintivo de acasalamento (Ibidem).

A partir dessa exposição, Fordham (Ibidem) acredita ser possível preencher a lacuna entre a Biologia e a Psicologia - o corpo e o psíquico -, estudando as potencialidades arquetípicas a partir do sistema nervoso. Como Jung apresentou uma correlação entre os instintos e os arquétipos, parte-se do pressuposto de que os instintos podem ser ativados a partir de padrões neuroendócrinos inatos, desdobrando na possibilidade dos arquétipos serem concebidos mediante a função cerebral mostrar algo próximo à percepção padronizada de atos e imagens. Essa relação não é distante, tendo em vista que o conceito de inconsciente, até então desconsiderado pela Neurologia, aparece de forma implícita em situações clínicas, por exemplo, a sensibilidade de um toque no dedo do pé esquerdo percorre um caminho nervoso, muscular e de processamento cerebral da informação. Quando sentimos o dedo ser tocado, prevemos uma imagem do pé esquerdo, a localização do direito e de ambos em relação ao corpo todo, ainda que a consciência não tenha a imagem corporal completa, esta está implicitamente presente.

Nesse exemplo, Fordham (Ibidem) identifica tal imagem corporal como inconsciente, acrescentando que outros conceitos da Psicologia Analítica podem ser explorados.

Um modelo dessas relações interdisciplinares apoia-se na observação, realizada pela Neurologia, de atividades rítmicas espontâneas encontradas em experiências básicas da vida, como ritmo de sucção na amamentação de um bebê e, posteriormente, na composição de músicas, práticas de esportes e diferentes expressões rítmicas culturais presentes na história da humanidade. Esse padrão rítmico é transposto de atividades mais básicas do funcionamento biológico humano para mais complexas, de forma que esse sistema apresenta padrões inatos de energia que se repetem ao longo da vida em outras situações, semelhante ao que a Psicologia Analítica formula acerca das experiências arquetípicas.

Além da relação dos arquétipos com os instintos e o funcionamento neuroendócrino, Fordham (Ibidem) discute a teoria da evolução, sobretudo, o campo que trata da natureza das heranças e a principal tese da lei biogenética, a qual afirma que o desenvolvimento da história individual recapitula o desenvolvimento da história das espécies. Em relação à natureza das heranças, questionou-se se esses estudos evolutivos eram capazes de explicar a origem dos arquétipos, para tanto, o autor parte do trecho em que Jung ([1959] 2014) considera os arquétipos como depósitos de experiências constantemente repetidas pela humanidade e, então, Fordham (1957) defende que as experiências em si não promovem alterações genéticas, portanto, não podem produzir depósitos a serem herdados, mas se os arquétipos forem de fato herdados, não o são em decorrência do resultado das experiências, mas a maneira de experimentar o mundo deve ser produto de alguma expressão genética reconhecida nas células germinativas. Essa solução é coerente com a tese de que o homem primitivo experimentou o mundo através das imagens arquetípicas, graças à atividade arquetípica do inconsciente.

Por outro lado, a lei biogenética não parece promissora para resolver tais contradições, ao contrário, na visão do autor, foram invalidadas pela genética mendeliana. Conforme Fordham (Ibidem), a discussão começa quando autores da Psicologia reconheceram, nessa teoria, uma oportunidade para fundamentar suas ideias, transpondo um raciocínio da Biologia para campos da Psicologia.

Fordham (Ibidem) considera essa transposição prematura e exemplifica sua posição através da obra de Neumann ([1949] 2008), *História da origem da consciência*, estudada no subcapítulo 4.4.2 *Erich Neumann e suas contribuições*. O psiquiatra inglês fez ressalvas acerca desse estudo, afirmando que seu solo não é fértil porque as hipóteses da lei biogenética na própria área da Biologia não foram colocadas à prova, tornando perigoso afirmá-las como

válidas (FORDHAM, 1957). Esse risco torna-se ainda maior quando transposto para a Psicologia, pois as unidades psicológicas são mais instáveis e sofrem mudanças mais significativas em comparação às físicas. Fordham (Ibidem) realiza uma série de questionamentos à obra de Neumann ([1949] 2008), a partir de temáticas como a influência cultural exercida sobre a formação de mitos e padrões imagéticos e as diferentes funções psicológicas. Esses fatores impactam diretamente a lógica da recapitulação filogenética no âmbito ontogenético, gerando mais dúvidas sobre essa relação.

Fordham (1957) finaliza o citado capítulo, reafirmando ter sido vago o uso da Biologia para abordar o conceito de arquétipo, em decorrência da escuridão da relação entre corpo e psique. O autor ressalta que o intento de seu trabalho foi apresentar os solos da área da Biologia sobre os quais essa investigação poderia ser mais frutífera.

Na obra *Jungian Psychotherapy: a study in analytical psychology*, Fordham (1990) prossegue tal discussão:

The second layer of the unconscious, conceived to be essentially different, is represented in dreams, active fantasy and such cultural forms as myths, fairy tales, magic and religion. These forms derive from innate and probably inherited organizers called archetypes. They are structures not characterized by the quality of experience called consciousness. (FORDHAM, 1990, p. 4-5)¹¹

Nota-se que trinta e três anos mais tarde, ao apresentar o modelo teórico de Jung, Fordham (Ibidem) diz que os arquétipos são provavelmente herdados. A incerteza frente a essa afirmação dá-se em decorrência da ausência de evidências comprobatórias que explicitem os arquétipos como produtos da herança, apesar de ter fornecido um caminho a ser investigado acerca dessa possibilidade. Ainda, Shamdasani (2005) revela que Fordham também não realizou muitos avanços nesse debate, assim, é possível que tal questão tenha continuado em aberto para o próprio autor.

No livro *Innovations in Analytical Psychology*, James Astor (2001) elucida as tentativas de Fordham de fundamentar a teoria junguiana nas relações adaptativas entre o organismo e o ambiente. Ainda, demonstra que Fordham ([1978] 1990) identificou a origem dos impulsos responsáveis pela fantasia e pelo instinto em estruturas neurofisiológicas e alterações bioquímicas, de forma a enfatizar o impacto das experiências corporais no

¹¹ Tradução nossa: A segunda camada do inconsciente, concebida para ser essencialmente diferente, é representada em sonhos, fantasia ativa e formas culturais como mitos, contos de fadas, magias e religiões. Estas formas derivam de organizadores inatos e provavelmente herdados, chamados arquétipos. São estruturas não caracterizadas pela qualidade da experiência chamada consciência.

desenvolvimento das dinâmicas arquetípicas, explorando, conforme seu objetivo em 1957, a relação entre a psique e o corpo.

Shamdasani (2005) registrou um diálogo entre Fordham e Jung, a respeito das ideias acerca da hereditariedade. Ao serem consideradas as três possibilidades para explicar a transmissão hereditária - a teoria genética de Mendel (1863 apud FORDHAM, 1957) e Weissman (1910 apud SHAMDASANI, 2005), a antiga teoria sobre heranças adquiridas e a teoria de transmissão por meios verbais -, Fordham (1958 apud SHAMDASANI, 2005) observou que os arquétipos parecem não se enquadrar em alguma delas. Jung (Ibidem) respondeu que compartilhava essa opinião, afastando a Biologia, uma vez que ao ponderar sobre a finalidade da Psicologia, a problemática da transmissão era indiferente, de modo que a relação com a Biologia deu-se somente no âmbito comparativo, mediante analogias, sem comprovações para tanto, confirmando a observação de Samuels (1989).

A partir dessa exposição, foi alcançada mais uma etapa da presente pesquisa: Neumann ([1949] 2008; [1974] 2011) e Fordham (1957; [1978] 1990) não divergem da definição de arquétipos, mas buscam trazer, para a compreensão do fenômeno, uma base biológica compatível com as atualizações da Biologia que acreditavam serem mais adequadas. Neumann ([1949] 2008; [1974] 2011) seguiu as pretensões da lei biogenética alinhadas com a Psicologia, ao passo que Fordham (1957; [1978] 1990), em discordância, propôs uma fundamentação na nova genética mendeliana, compreendendo que as concepções de Jung eram mais próximas da Filosofia do que da Biologia, ao passo que as suas próprias pertencem ao campo biológico do desenvolvimento (SHAMDASANI, 2005). Como veremos adiante, essa discussão é a nascente de uma série de estudos atualmente realizados no campo da ciência cognitiva, explorados em consonância com os conceitos da Psicologia Analítica por Jean Knox (2020) e George Hogenson (2020).

4.5 Uma outra compreensão do conceito de arquétipo, segundo a Escola Arquetípica

Agora, vejamos a contribuição da Escola Arquetípica, cujo precursor considera-se ser o psicólogo James Hillman, fundador da Psicologia Arquetípica, da qual derivou o nome da escola. James Hillman (1926 – 2011) foi um psicólogo americano, cuja formação também ocorreu no C. G. Jung *Institute*. Em sua obra *Psicologia Arquetípica: um breve relato* ([1982] 1991), o autor apresenta a proposta teórica de sua abordagem, aproximando alguns aspectos e diferenciando outros em relação ao pensamento de Jung. Assim como Shamdasani (2005) auxiliou-nos a compreender a Escola Clássica e a Desenvolvimentista, valemo-nos do prefácio

do livro *Psicologia Arquetípica: um breve relato*, redigido por Gustavo Barcellos (1991) e do artigo *James Hillman: insinuações filosóficas*, de Edward Casey (2013) para auxiliar a investigação das contribuições da Escola Arquetípica ao conceito de arquétipo.

Hillman ([1982] 1992) apresenta a Psicologia Arquetípica, explicando que, em sua visão, os arquétipos são o elemento essencial da obra de Jung, pois permitem elevar as reflexões da Psicologia para além do modelo clínico da ciência vigente, restrito ao consultório, de modo a expandir sua atuação, ao abarcar toda cultura e atividade humana, sobretudo, a imaginação. Nas palavras do autor, Jung concebe os arquétipos como

[...] estruturas básicas e universais da psique, os padrões formais de seus modos de relação, são padrões arquetípicos. São como órgãos físicos, e aparecem de forma congênita na psique (ainda que não necessariamente herdados geneticamente), mesmo que de alguma maneira modificados por fatores históricos e geográficos. Esses padrões ou “archai” aparecem nas artes, nas religiões, nos sonhos e nos hábitos sociais de todos os povos, e manifestam-se espontaneamente em distúrbios mentais. Para Jung, eles são antropológicos, culturais e também espirituais na medida em que transcendem o mundo empírico do tempo e espaço e, de fato, não são propriamente fenomenais. (Ibidem, p. 22-23)

Esta citação refere-se ao entendimento do Hillman (Ibidem) sobre a formulação de Jung acerca dos arquétipos, a qual complementa, posteriormente, ao retomar a similaridade proposta por Jung e a teoria kantiana¹², a partir da divisão entre fenômeno (similar às representações arquetípicas) e coisa em si (arquétipos em si, inacessíveis). Hillman (Ibidem) insere o contraponto: “A psicologia arquetípica, diferentemente da junguiana, considera o arquétipo sempre como fenomenológico (...), evitando assim, o idealismo kantiano implícito em Jung (...)” (p. 23). Sob essa perspectiva, os arquétipos são fenômenos que aparecem para a imaginação ou nela mesma.

A fim de compreender melhor o que essa mudança significou, vejamos as considerações de Casey (2013), que discorreu: “O trabalho de Hillman assume os padrões arquetípicos da vida psicológica e toma suas expressões míticas e imagísticas como axiomáticas” (p. 21). Ainda que Hillman ([1982] 1992) aceite os arquétipos como universais que dominam o modo de apreensão humana, tal como formulado por Jung, não os concebe como estruturas em si, pois o próprio axioma do fenômeno é a sua expressão imagética. Para esclarecer esse ponto, Hillman (Ibidem) retoma o *eidōs* platônico, predecessor do conceito de arquétipo, então diz que, na verdade, os

¹² A respeito dessa relação, ver subcapítulo 4.3.2.2

arquétipos não residem no reino celestial, no qual encontram-se as formas eidéticas - tal como formula a teoria platônica. “Insiste que as imagens e suas ressonâncias metafísicas estão ambas localizadas neste mundo, aqui embaixo onde ocorrem suas aparições” (Ibidem, p. 45), o que se aproximaria do que Platão (385-380 a.C. apud CASEY, 2013) denominou mundo das sombras e das aparências, onde residem as imagens, por meio das quais se pode conhecer a fonte arquetípica, pois o arquétipo está dentro da imagem como sua inteligibilidade, não em um mundo inteligível.

Com isso, Hillman (1974 apud CASEY, 2013) se viu impelido a se aprofundar na metafísica, elaborando que a explicação para a origem das imagens encontra-se nessa disciplina “Em um dado momento de uma de nossas conversas, na primavera de 2009, comentou espantado: Ed, acho que estamos falando de metafísica!” (CASEY, 2013, p. 45). No entanto, seu objetivo não era criar uma metafísica, mas situar o debate epistemológico acerca da ontologia dos arquétipos e das imagens. “Observamos isso em sua insistência de que o conhecimento na alma procede por *insights* instantâneos (...). Para Hillman, entretanto, tal *insight* fulgurante chega como uma imagem, não como uma Forma, um *eidós*” (p. 45, grifo do autor).

Barcellos (1991) expõe outras contribuições da Psicologia Arquetípica, ao discorrer que os arquétipos, além de fenomênicos, são considerados estruturas básicas da imaginação, conseqüentemente, a natureza arquetípica somente é acessada através da própria imaginação que se apresenta como imagem. Hillman ([1982] 1992) escreve: “A psicologia arquetípica não começa nem na fisiologia do cérebro, na estrutura da linguagem, na organização da sociedade, nem na análise do comportamento, mas em processos de imaginação” (p. 32). Ainda, Barcellos (1991) explica que as imagens psíquicas são fenômenos naturais e espontâneos, presentes em níveis individual e cultural.

Nessa perspectiva, a imagem, em sonhos, nas fantasias, na poética, nos mitos e na sua maneira de revelar os padrões arquetípicos, é sempre o primeiro dado psicológico: as imagens são o meio através do qual toda a experiência se torna possível. (HILLMAN, [1982] 1992, p. 11)

Para a Psicologia Arquetípica, não é possível considerar um arquétipo que não apareça, ou seja, um arquétipo em si. O termo arquetípico, então, não remete à qualidade, isto é, “[...] em vez de apontar *para* algo arquetípico, aponta *algo*, isto é valor...” (Ibidem, p. 35, grifo do autor). Essa noção distingue-se da concepção junguiana, pois a ideia de valor foi apresentada por Jung ([1946] 2013), ao discorrer que os arquétipos apresentam um valor afetivo como

sinônimo de intensidade, mas não meramente quantitativa, mas de caráter numinoso que determina a configuração qualitativa de determinado comportamento quando o arquétipo é constelado, com isso, vemos que o arquétipo apresenta uma qualidade na sua própria expressão.

Hillman (Ibidem) expõe que “[...] por psicologia arquetípica queremos dizer uma psicologia de valor” (p. 35), assim, todas as imagens podem ganhar sentido arquetípico, o que é diferente de manifestarem-se como fenômenos de uma estrutura *a priori* incognoscível, uma vez que os arquétipos, segundo Hillman (Ibidem), não são concebidos como qualidade de algo, mas no próprio movimento de aparecer universalmente à imaginação como imagem “[...] imediatamente valorada, como universal, trans-histórica, basicamente profunda, geradora, extremamente intencional e necessária” (Ibidem, p. 36). Assim, os arquétipos não seriam estruturas formais *a priori*, mas apareceriam como um valor universal, trans-histórico, intencional e fenomênico na imaginação.

Diferentemente de Jung, que radicalmente distingue o arquétipo numinoso per se da imagem arquetípica fenomenal, a psicologia arquetípica recusa rigorosamente até mesmo especular sobre um arquétipo não apresentado. Sua preocupação é com o fenômeno: a imagem arquetípica. (Ibidem, p. 35)

Ao considerá-los como valor universal, retira a manifestação arquetípica como exclusivamente psíquica, sendo a psique apenas um âmbito de sua manifestação. O debate realizado por Hillman ([1982] 1992) e pelos demais autores da Escola Arquetípica é permeado por discussões filosóficas, que impactam diretamente a concepção dos arquétipos¹³.

4.6 O conceito de arquétipo nas teorias dos modelos emergentes

Chegando ao final de nosso percurso, resta-nos conhecer como o conceito de arquétipo é concebido, atualmente, pelas áreas de ciência cognitiva e do desenvolvimento. Nossos referenciais, para tanto, são as pesquisas de Jean Knox, expostas em seu artigo *Novas perspectivas a partir da neurociência cognitiva e da teoria do apego: o modelo junguiano da mente* (2020), bem como o artigo de George B. Hogenson, *Arquétipos: a emergência e a estrutura profunda da psique* (2020). Ambas as discussões baseiam-se na compreensão dos arquétipos como fenômenos **emergentes**.

¹³ As influências filosóficas e mitológicas utilizadas por Hillman foram amplamente estudadas por Edward Casey (2013), em seu artigo *James Hillman: insinuações filosóficas*, “[...] à tradição neoplatônica via Vico e a Renascença (Ficino), através de Proclus e Plotino, a Platão (*Phaedo*, *Phaedrus*, *Meno*, *Symposium*, *Timaeus*), e mais ainda a Heráclito” (HILLMAN, [1982] 1992, p. 25, grifo do autor).

O objetivo da analista, em seu artigo *Novas perspectivas a partir da neurociência cognitiva e da teoria do apego: o modelo junguiano da mente* (2020), foi apresentar um novo paradigma dos modelos psíquicos, a partir de paradigmas empíricos da ciência cognitiva e da teoria do apego que acredita serem concordantes com o modelo de psique junguiano. Acerca desse novo paradigma, abordaremos apenas as considerações sobre o conceito de arquétipo.

Segundo Knox (2020),

Um dos maiores pontos de discordância entre as diferentes escolas junguianas se centrou na natureza dos arquétipos, em seu papel no funcionamento psíquico e em sua contribuição ao processo de mudança na análise e na terapia [...]. (p. 108)

Mesmo diante desse cenário de discordâncias, os arquétipos são concebidos, por Knox, como o conceito fundamental do modelo junguiano, contudo, em decorrência da multiplicidade de referências em sua elaboração, foram geradas ambiguidades em sua compreensão. Tais influências em torno dos arquétipos não significam, para a autora, que exista uma forma predominante de entender o conceito, ao contrário, as diferentes referências agregariam. Essa exposição fica clara em sua obra *Archetype, Attachment, Analysis* (2005), em que a autora aprofunda as diferentes referências a partir de quatro modelos: arquétipos como entidades biológicas, concebidos por informações genéticas, que fornecem instruções para a mente e para o corpo (modelo 1); arquétipos como formas abstratas incognoscíveis, vazias de conteúdo (modelo 2); arquétipos como núcleos que contêm conteúdos representacionais e fornecem significado simbólico (modelo 3); arquétipos como entidades metafísicas eternas e independentes do corpo físico (modelo 4). Frente a distintos modelos de entendimento dos arquétipos, Knox (2005) argumenta que algumas concepções são irreconciliáveis entre si, por exemplo, a concepção biológica que pressupõe bases opostas à metafísica, no entanto, a saída que a autora propõe não é descartá-los, mas estudá-los a partir da abordagem desenvolvimentista, redefinindo-os como um traço psicológico produto do desenvolvimento cerebral:

A biological model can be compatible with model 2, in relation to the archetype as a biologically emergent structure. Models 3 and 4 can never be innate because they are both concerned with the archetype as symbolically meaningful and representational, features which Darwinian theory defines as noninheritable because they are always formed from learnt or acquired experience. (Ibidem, p. 35)¹⁴

¹⁴ Tradução nossa: Um modelo biológico pode ser compatível com o modelo 2, em relação ao arquétipo como uma estrutura biologicamente emergente. Os modelos 3 e 4 nunca podem ser inatos porque ambos se referem ao

As recentes descobertas da Psicologia cognitiva trazem, para a autora, urgência em examinar o conceito biológico de arquétipo. Knox (2020) parte da seguinte consideração de Jung ([1959] 2014) acerca de seu conceito:

Na minha opinião é um grande equívoco supor que a alma do recém-nascido seja uma tabula rasa, como se não houvesse nada dentro dela. Na medida em que a criança vem ao mundo com o cérebro diferenciado, predeterminado pela hereditariedade e portanto, individualizado, ela responde aos estímulos sensoriais externos, não com quaisquer predisposições, mas sim com predisposições específicas, que condicionam uma seletividade e organização da apercepção que lhe são próprias (individuais). Tais predisposições são comprovadamente instintos herdados e pré-formações. Estas últimas são as condições apriorísticas e formais da apercepção, baseadas nos instintos. (§ 136)

A autora compreende os arquétipos como aspectos estruturais da psique, sendo núcleos de significado inconscientes, que operam como sistemas de prontidão para a ação, imagens e emoções (KNOX, 2020). Conforme exposto em capítulos anteriores, além desses elementos, Jung ([1959] 2014) confere caráter inato aos arquétipos, o que Knox (2020) considera um problema do inatismo psicológico, para o qual o debate com as ciências cognitivas deve encontrar uma saída. A tese inicial da autora, que possui como pano de fundo um conceito desenvolvido por cientistas cognitivos, denominado esquema de imagem, reformula a compreensão dos arquétipos ao considerá-los produtos precoces emergentes do desenvolvimento mental, logo, não mais inatos. Isso porque a carga genética não pode codificar processos mentais complexos, ainda que possa estimular processos desenvolvimentais, a partir dos quais estruturas primordiais venham a emergir (Ibidem).

Knox (Ibidem) expõe que o esquema de imagem é uma forma vazia de conteúdo e primária na organização da mente e das experiências (conceito que indica semelhanças com o modelo 2): “É crucial enfatizar aqui as bases corporais do esquema de imagem - é uma Gestalt mental que se desenvolve a partir da experiência corporal e que forma as bases para significados abstratos, tanto no físico como no mundo da imaginação e da metáfora” (Ibidem, p. 109). Um exemplo desse esquema reside na imagem da continência, a qual, mediante a experiência corporal, o sujeito experiencia em uma relação íntima e consciente de que ingere algumas coisas (alimentos) e outras emergem (dejeito desses alimentos, sangue). Essa Gestalt da continência

arquétipo como simbolicamente significativo e representacional, características que a teoria darwiniana define como não hereditárias porque são sempre formadas a partir da experiência aprendida ou adquirida.

pode ser compreendida como o arquétipo em si e origina outros significados nos campos das emoções, sentimentos e demais intimidades, mesmo físicas, a serem experienciadas posteriormente. A ideia é que esses esquemas de imagem promovam significações primitivas, para além do campo físico, possíveis em decorrência das experiências físicas, assim, tais esquemas são compreendidos como extensões metafóricas geradoras de fantasias e conteúdos do imaginário. Na avaliação da autora, "Esquemas de imagem teriam assim certas características-chave semelhantes a algumas das maneiras pelas quais Jung conceptualizou os arquétipos" (Ibidem, p. 110). Assim como os arquétipos em si, os esquemas de imagem atuam como formas para o desenvolvimento dos significados e imaginários, diferenciando-se das metáforas derivadas desses esquemas, análogas às imagens arquetípicas.

Knox (Ibidem) ressalta a hipótese:

Qualquer sugestão de que a mente humana contenha pacotes pré-formados inatos de imaginário e de fantasia, esperando para espocar uma vez esteja dado o gatilho ambiental adequado, está obsoleta e deve ser desacreditada. (p. 111)

Em última análise, através da neurociência, compreende-se como arquetípico o "[...] padrão dinâmico de relações dos objetos do nosso mundo interno" (Ibidem) e não, as particularidades de objetos singulares da realidade, sejam internos ou externos. A partir de diversos estudos que compõe esse novo paradigma de compreensão de modelo de psique, chega-se à ideia de que os arquétipos operam como uma Gestalt mental, fruto da unificação de processos simples e originários, que atuam em experiências profundas para além do campo físico, desde outras emoções até significações (Ibidem). Em síntese:

Os esquemas de imagem refletem exatamente a combinação de informações de diferentes modalidades sensoriais em um conceito no qual as características comuns dessas diversas fontes de informação são unificadas em uma Gestalt mental -o que os junguianos chamariam de arquétipo. (Ibidem, p.112)

Ainda que os resultados das pesquisas dessas ciências sejam compatíveis com as descrições há muito realizadas por Jung, poucos créditos ou menções são-lhe conferidos, sobretudo, nos estudos que exploram as estruturas dos recentes modelos mentais (KNOX, 2005). Por essa razão, a autora investiga detalhadamente a relação entre os arquétipos e os modelos emergentes, trazendo contribuições acerca da natureza dessas estruturas, como respondem ao ambiente e quais processos psíquicos emergem dessa relação.

Hogenson (2020) concorda que as ambíguas referências de Jung a respeito dos arquétipos resultaram em diferentes usos dessas disposições pelos teóricos posteriores e o

principal ponto de discordância entre eles está na distinção entre arquétipos em si e representações arquetípicas. Hogenson (Ibidem) também discorre sob o ponto de vista dos arquétipos como fenômenos emergentes; nas palavras do autor “[...] a emergência se baseia na noção de que dentro de certos tipos de sistema os fenômenos podem vir a ser, sem nenhum estado precursor que predissesse a aparição desses fenômenos” (p. 78). A diferença é que, em sua visão, os arquétipos são “[...] fenômenos inteiramente emergentes” (Ibidem), enquanto Knox (2005) assume uma posição menos radical da emergência, visto pressupor esquemas de imagem pré-natais, da psicologia desenvolvimental.

Hogenson (2020) ressalta que a referência à programação genética inata foi descartada, no entanto, ainda se pressupõe a existência de modelos sob os quais os fenômenos arquetípicos serão formados. O autor questiona se na teoria de Jung, se faz necessária a pressuposição desse modelo, mediante o qual se constituíram as representações arquetípicas. Para isso, retoma a exposição sobre Kant, presente no subcapítulo 4.3.2.2, pois da mesma forma que o filósofo, Jung não pretendia defender a existência de um programa genético de reconhecimento de espaço e tempo, assim, Hogenson (Ibidem) expõe que a elaboração do conceito de arquétipo, por Jung parece ser:

[...] muito mais decisivamente na direção de um arquétipo em si infinitamente regressivo e transcendental, que deixa na sua sequência a experiência fenomênica da imagem arquetípica, e nesse caso os modelos genéticos ou esquemas de imagem podem ser vistos como imagens arquetípicas ao invés de instâncias do arquétipo em si. (Ibidem, p. 81)

Como conclusão, o autor discorre que a tentativa de alcançar a verdadeira natureza dos arquétipos corresponde mais a uma pretensão de conectar o pensamento contemporâneo com as **expressões** utilizadas por Jung do que à própria **percepção** que este teórico possuía dos arquétipos, uma vez que esta é incapaz de ser apreendida pela consciência, o que inclui a ciência.

Em suma, as pesquisas recentes na área da neurociência alinham-se aos pressupostos desenvolvimentistas, mas apresentam divergências entre si, visto que alguns autores argumentam que os arquétipos tratar-se-iam de fenômenos parcialmente emergentes, enquanto outros defendem que seriam integralmente emergentes.

5 CONCLUSÃO

Uma vez exposto o percurso teórico, observamos que o conceito de arquétipo recebeu alterações e reformulações, de forma que cada teórico elaborou suas considerações a partir de influências das mais diversas disciplinas, dentre as quais, a Psicologia, a Filosofia e a Biologia ganharam destaque na presente pesquisa.

A partir da construção teórica, observamos que, segundo a Escola Clássica, alinhada às construções de C. G. Jung, o ponto de partida para a elaboração da teoria dos arquétipos deu-se em 1912, quando o autor expôs materiais clínicos, cujas expressões emergiram artisticamente ou nas fantasias dos pacientes. As análises desses materiais mostraram que eram compostos de conteúdos do âmbito pessoal, como também do coletivo, portanto, continham imagens primordiais que, por sua vez, remetiam a temas típicos na história da humanidade, encontrados universalmente em mitos, lendas e contos de fadas de diferentes períodos e civilizações. Acerca dos termos imagens primordiais ou dominantes, Jung ([1912] 2014) destacou-os como (1) aptidões ou forças capazes de representar essas mesmas ideias ou, ao menos, parecidas, (2) forças que dependem de certas condições para exercerem efeito sobre o consciente e (3) capacidades herdadas. Inicialmente, Jung (Ibidem) relacionou as duas primeiras formulações a aptidões para reproduções **de imagens** ou forças aptas às repetições dessas **formas de imaginação**.

Em 1919, quando empregou o termo arquétipo pela primeira vez, explorou-o em interlocução com o âmbito biológico, relacionando-o à teoria dos instintos. Nessa apresentação, definiu os arquétipos como formas típicas de **apreensão** especificamente humanas, enquanto os instintos seriam formas típicas de comportamento humano, sendo que ambas as formas repetem-se de forma uniforme e regular. Nessa formulação, a noção de arquétipo aparece menos alinhada à imaginação e à imagem e mais próxima da ideia de apreensão e percepção. Isto porque a distinção que Jung ([1919] 2023) realizou entre os arquétipos em si e as representações arquetípicas encontrava-se em processo de amadurecimento, contudo, observa-se um aspecto relevante: as imagens primordiais nunca foram consideradas imagens arquetípicas, ou seja, o autor nunca propôs que as representações imagéticas fossem herdadas, mas sim, a capacidade para manifestá-las; no entanto, somente nos escritos posteriores a 1919, tal elaboração apresentou-se de modo mais estruturado. Sob o ponto de vista da relação entre corpo e psique, essa diferenciação implica a importante ideia de que os instintos não atuam de forma

independente, ao contrário, os arquétipos, como autorretratos dos instintos, influenciam o rumo do comportamento instintivo.

A manifestação dos arquétipos, até então, compreendidos como formas de percepção, dá-se por meio da mediação imagética, a qual foi explorada em maior profundidade em 1912, enquanto a investigação acerca dos arquétipos em si foi perscrutada em 1919, desse modo, a elaboração da relação entre ambos prosseguiu em textos posteriores do autor.

Entre 1946 e 1954, Jung ([1946] 2013; [1959] 2014) pôde evidenciar as referências fundamentais de sua teoria, assentando o modelo de entendimento da natureza psíquica sobre as bases da Psicologia, Filosofia e Biologia. Segundo o autor, psíquico é tudo aquilo que apresenta a possibilidade de se integrar à consciência e, dado que somente as representações arquetípicas podem ser acessadas pela consciência, os arquétipos em si não são elementos psíquicos, mas psicoides (quase psíquicos).

Diante da área da Psicologia do século XIX, o inconsciente tornou-se seu objeto de estudo, de forma que as filosofias do inconsciente não foram reconhecidas como válidas pela comunidade científica. Ainda assim, Jung (Ibidem) não as descartou, ao contrário, correntes filosóficas influenciaram a formulação de sua teoria, como a assimilação das categorias kantianas com o *eidos* platônico em sua proposta da teoria dos arquétipos. As noções de *a priori* e formas eidéticas assemelham-se às considerações dos arquétipos como potencialidades psicoides incognoscíveis, distintos de suas manifestações fenomênicas ou sensíveis - em termos filosóficos -, que precisam de certas condições para virem à tona. Entretanto, os arquétipos diferenciam-se destas conceituações filosóficas, dado não se tratarem de formulações metafísicas - tal como o *eidos* na teoria de Platão - ou epistemológicas - como as categorias de Kant. Portanto, os arquétipos não são compreendidos como formas ontológicas transcendentais nem como categorias lógicas transcendentais, mas como psicoides, isto é, potencialidades quase psíquicas, intrínsecas à natureza humana. Isto posto, compreende-se os motivos de alguns autores compreenderem as teorias dos arquétipos e do inconsciente coletivo como a culminação de um processo iniciado pelas filosofias do inconsciente do século XIX, adquirindo elaboração científica no paradigma junguiano.

Concernente às aproximações entre a Escola Clássica e a Escola Desenvolvimentista, podemos concluir que ambas concebem os arquétipos a partir das definições de C. G. Jung. Neumann, ainda, aproximou-se das elaborações de Jung no que tange às fundamentações biológicas, visto que o psiquiatra suíço postulou os arquétipos como herdados, tomando como base a teoria da hereditariedade, ao passo que Neumann ([1949] 2008) fundamentou-se na Lei

Biogenética - presente no repertório de Jung -, cuja tese afirma que a história filogenética recapitula a ontogenética, portanto, essas formas *a priori* coletivas, constituintes de toda psique humana, expressam filogeneticamente experiências manifestadas, a nível ontogenético, dos arquétipos, adquiridos através da herança.

As obras de Neumann ([1949] 2008; [1974] 2011), contudo, acrescentaram as seguintes formulações à teoria dos arquétipos: (1) os mesmos arquétipos que determinam a história coletiva regem os estágios do desenvolvimento individual, considerando que não são os eventos históricos que são herdados, mas os padrões estruturais elementares; (2) a existência de um arquétipo primordial que, no processo de desenvolvimento filogenético, sofre uma fragmentação e origina diferentes grupos de arquétipos. Com isso, observamos que as diferenças propostas por Neumann (Ibidem) provieram de sua distinta formação teórica alinhada ao aspecto desenvolvimentista, assim, não divergiu de Jung, mas buscou complementar sua teoria.

Fordham (1957; [1978] 1990), por sua vez, discordou das referências biológicas usadas por Jung e por Neumann, assim, buscou fundamentar a origem dos arquétipos, segundo as bases biológicas atualizadas de seu tempo e, para tanto, inseriu os arquétipos no debate genético mendeliano, ao que não deu continuidade significativa. A discordância do autor não objetivou discutir se os arquétipos eram herdados ou não, pois ainda que considerasse o potencial dessa discussão, expôs que a teoria da hereditariedade não se tornava válida mediante a lei biogenética, mas apresentava solo fértil mediante as considerações genéticas contemporâneas (genética mendeliana e teoria do plasma germinativo de Weismann). Isso porque Jung ([1912] 2014) considerou os arquétipos como sedimentos das experiências típicas, equivalendo-os aos traços/engramas de Semon, que, mais tarde, vieram a ser refutados.

A partir dessas bases, Fordham (Ibidem) explicitou que os arquétipos não poderiam ser considerados aptidões ou forças herdadas, originados da experiência humana, dado que qualquer modificação no campo das características e vivências empíricas não altera o plasma germinativo. Logo, ao estudar a ideia da hereditariedade em correlação à teoria dos arquétipos, Fordham (Ibidem) considerou que estes são expressos, geneticamente, como modos de experienciar o mundo, porém os modos de experienciar o mundo não alteram a carga genética. Vale acrescentar que, desde o princípio, é possível observar a distinção da concepção lamarckiana nos escritos de Jung ([1959] 2014), de forma que a hereditariedade nunca se aplicou a ideias e imagens, mas a possibilidades de expressá-las. Fordham (1957; [1978] 1990), no entanto, aproxima-se da Escola Clássica, ao considerar ser possível identificar **funções**

cerebrais próximas de **percepções** padronizadas e **inatas** de atos e imagens, concepções semelhantes às expostas nos escritos de Jung, em 1919.

A discussão elaboradora pelas teorias dos modelos emergentes parece promover um desfecho para os estudos iniciados por Fordham (1957; [1978] 1990), pois estudiosos posteriores das ciências cognitiva e evolutiva, ao considerarem a aproximação entre o conceito de arquétipo e as descrições cognitivas, não os consideram frutos da herança, mas sim, emergentes do desenvolvimento.

Em distinção à Escola Desenvolvimentista que manteve as definições de arquétipo elaboradas por Jung, a Escola Arquetípica, por sua vez, reformulou a concepção de arquétipo, sobretudo, no que tange ao âmbito filosófico. Enquanto Jung ([1946] 2013) buscou compreender os arquétipos a partir de um modelo *a priori*, incognoscível e psicoide, diferenciando o arquétipo em si das representações arquetípicas, Hillman ([1982] 1992) rejeitou essa concepção, considerando-os como os próprios fenômenos.

Observamos, com isso, que as diferentes tradições filosóficas levaram os autores a distintas compreensões acerca dos fenômenos humanos. Jung ([1946] 2013), norteado pelo romantismo alemão, fundamentou o conceito de arquétipo em teorias filosóficas que se alinhavam às respectivas concepções, ao passo que Hillman ([1982] 1992), alinhado à metafísica e influenciado pelos neoplatônicos, compreendeu os arquétipos a partir do próprio valor arquetípico presente no fenômeno imagético. Dessa forma, não se concebe algo que se torna arquetípico, mas seu próprio movimento que aparece universalmente, trans-historicamente e intencionalmente à imaginação.

As contribuições atuais da neurociência, expostas nos estudos de Knox (2005; 2020) e Hogenson (2020), também, realizaram uma alteração importante do conceito de arquétipos, ao concebê-los como fenômenos emergentes, sobretudo, em decorrência da impossibilidade de explicá-los como estruturas herdadas, tal como vinham sendo explorados pela Escola Desenvolvimentista. Esse movimento resolve o problema levantado pelos desenvolvimentistas clássicos, que pressupunham a hereditariedade como componente da carga genética, porém suscita uma nova questão, a saber, como explicar sua origem? A proposta da emergência segue nesse intuito, mas, sob a perspectiva de Hogenson (2020), retorna ao mesmo problema considerado pela Escola Arquetípica, ao questionar se há uma face do arquétipo em si ou existem somente os arquétipos enquanto fenômenos (representações arquetípicas).

Ao passo que Hillman ([1982] 1992) recorreu à metafísica, os autores da teoria emergente voltam-se à ciência cognitiva e debatem sobre a possibilidade de discutir os

arquétipos em si de diferentes formas. Knox (2020) relaciona-os aos esquemas de imagem, formas vazias e princípios mentais de organização, desenvolvidos a partir da experiência corporal, que formam a base para significações futuras, enquanto Hogenson (2020) acredita ser importante voltar-se à manifestação arquetípica, tendo em vista que tentar traduzir os arquétipos em si em termos contemporâneos equivale a se aproximar somente de sua expressão, sem considerar a percepção original de Jung.

Ainda que Jung ([1959] 2014) tenha descrito os arquétipos a partir de termos como potenciais ou possibilidades, cada Escola da Psicologia Analítica apreendeu o que detinha sentido em seu horizonte teórico. A Escola Desenvolvimentista, por exemplo, focou na descrição dos arquétipos como estruturas, pois tal concepção aproxima-se de uma leitura biológica, fator este questionado por Hogenson (2020), quando argumenta que essa consideração levava os pesquisadores a buscarem um modelo real para significações de comportamentos arquetípicos, desconsiderando a emergência integral. Por outro lado, Knox (2020) utiliza-se desses aspectos formais, ao fundamentar os arquétipos nos esquemas de imagem, cumprindo a função de estruturas, de modo que a emergência seria parcial.

Em síntese, a elaboração do conceito de arquétipo nas obras de C. G. Jung – à qual alinha-se a Escola Clássica - recebeu diferentes reformulações com o passar dos anos, de forma a ter sofrido influências das mais diversas disciplinas estudadas pelo autor ao longo de sua vida, dentre as quais, na presente pesquisa, destacaram-se a Filosofia e a Biologia. As reformulações apresentadas pelas Escolas de Psicologia Analítica posteriores nortearam-se por tais debates, a saber, a Escola Desenvolvimentista, pelas teorias biológicas e a Escola Arquetípica, pelas teorias filosóficas. Já as contribuições atuais da neurociência incluem reflexões acerca das considerações realizadas pela Escola Desenvolvimentista, mas mediante a compreensão teórica dos arquétipos como fenômenos emergentes.

Como vimos, sem a contextualização dos horizontes teóricos e epistemológicos presentes no repertório de Jung, não é possível compreender sua obra. Da mesma forma, sem tal contextualização dos demais representantes das Escolas de Psicologia Analítica, torna-se árduo o trabalho de compreender a modificação que propuseram realizar. Para tanto, o presente estudo pode servir como a primeira estrada de uma longa jornada a ser aprofundada, a fim de compreender o impacto dos arquétipos não somente para a Psicologia Analítica, à luz dos diversos conhecimentos teóricos mencionados, mas também para essas distintas disciplinas, fornecendo contribuições importantes e complementares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTOR, J. **Michael Fordham**: innovations in analytical psychology (makers of modern psychotherapy). Londres: Taylor & Francis, 2001.

BARCELLOS, G. Introdução: A Anima 30 anos pós-Jung. In: HILLMAN, J. **Psicologia Arquetípica**: um breve relato. [1982]. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

CASEY, E. James Hillman: insinuações filosóficas. In: **Cadernos Junguianos**, n. 9, 35 - 49, São Paulo, 2013.

EDINGER, E. **A Psique na Antiguidade**, volume 1: Filosofia Grega Antiga de Tales a Plotino. São Paulo: Cultrix, 2000.

FORDHAM, M. **Jungian Psychotherapy**: a study in analytical psychology. [1978]. 3. ed. Londres: Maresfield Library, 1990.

_____. **New Developments in Analytical Psychology**. 1. ed. Londres: Routledge and K. Paul, 1957.

HILLMAN, J. **Estudos de Psicologia arquetípica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Archiamé, 1981.

_____. **Psicologia Arquetípica**: um breve relato. [1982]. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

HOGENSON. G. B. Arquétipos: a emergência e a estrutura profunda da psique. In: CAMBRAY, J; CARTER, L. (Org.). **Psicologia analítica**: perspectivas contemporâneas em análise junguiana. Petrópolis: Vozes, 2020.

JACOBI, J. **Complexo, arquétipo e símbolo na Psicologia de C.G. Jung**. Petrópolis: Vozes, 2017.

JUNG, C. G. **A prática da psicoterapia, O. C. XVI/1**. [1954]. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Considerações teóricas sobre a natureza do psíquico. [1946]. In: JUNG, C. G. **A natureza da psique, O. C VIII/2**. [1960]. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Instinto e Inconsciente. [1919]. In: JUNG, C. G. **A natureza da psique, O. C VIII/2**. [1960]. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo, O.C IX/1.** [1959]. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Psicologia do inconsciente, O. C VII/1.** [1912]. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Psicologia e Religião, O. C XI/1.** [1938]. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Símbolos da transformação, O. C V.** [1912]. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KNOX, J. **Archetype, Attachment, Analysis - Jungian psychology and the emergent mind.** Londres: Taylor & Francis e-Library, 2005.

_____. Novas perspectivas a partir da neurociência cognitiva e da teoria do apego: o modelo junguiano da mente. In: CAMBRAY, J.; CARTER, L. (Org). **Psicologia analítica: perspectivas contemporâneas em análise junguiana.** Petrópolis: Vozes, 2020.

NEUMANN, E. **A grande mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente.** [1974]. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. **História da origem da consciência.** [1949]. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

PENNA, E. M. D. **Epistemologia e método na Obra de C. G. Jung.** São Paulo: EDUC, 2013.

PORTA, M. A. G. **O Pensamento de Immanuel Kant.** Distrito Federal: Academia Monergismo, 2023.

_____. **Psicologia e Filosofia: estudos sobre a querela em torno ao psicologismo (Psychologismusstreit).** São Paulo: Edições Loyola, 2020.

REALE, G. **História da Filosofia Grega e Romana, volume III: Platão.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SAMUELS, A. **Jung e os pós-junguianos.** Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SHAMDASANI, S. **Jung e a construção da Psicologia moderna: o sonho de uma ciência.** São Paulo: Idéias & Letras, 2005.

SOLOMON, H. M. A Escola Desenvolvimentista. In: YOUNG-EISENDRATH, P; DAWSON, T. (Org.). **Manual de Cambridge para Estudos Junguianos.** Porto Alegre: Artmed, 2002.